

Marcos Botton Piccin e Roberto José Moreira

A agroecologia nas trajetórias sociais de agricultores-assentados na Granja menina dos olhos dos sem-terra: o caso do Assentamento Ceres, RS

Introdução

Este artigo visa elucidar a incorporação da agroecologia¹ nas estratégias produtivas de agricultores-assentados do Assentamento Ceres/RS. Este assentamento, criado em 1997, é oriundo da compra pelo Incra da Granja Ceres, que devido a sua moderna infra-estrutura leiteira era vista como *a menina dos olhos*

Marcos Botton Piccin é médico veterinário e mestrando do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRRJ. Roberto José Moreira é PhD em economia, bolsista do CNPq, professor-orientador do mesmo Programa. Os autores agradecem à ActionAid pelo financiamento do trabalho de campo (realizado por Marcos Botton Piccin) que proporcionou os dados empíricos para a escrita deste artigo.

¹ Essa temática estará sendo entendida de uma forma ampla, a partir das informações obtidas com os agricultores-assentados sobre cursos que teriam realizado. Conforme seus relatos, as temáticas passavam por técnicas e manejos sem o uso de agroquímicos, como caldas, uso de adubo orgânico e experiências relacionadas com a geração e diversificações produtivas, como cultivos orgânicos e agroindustrialização.

dos sem-terra do Estado. A análise refere-se à trajetória social de quatro agricultores-assentados que, dentre outros, tiveram sua introdução nos saberes sistematizados da agroecologia, por meio dos cursos ministrados por assessores do Movimento dos Sem-Terra (MST) ou pela Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Cealeiro (Fundep) ainda no período do acampamento. Estaremos argumentando que a participação naqueles cursos e o posterior desenvolvimento de estratégias produtivas baseadas nestes conhecimentos estiveram diretamente relacionados com seus sistemas socioculturais herdados. Estes agricultores-assentados são filhos de pequenos agricultores, oriundos, portanto, de uma posição social e de uma visão de mundo que orientam suas reações aos novos eventos e experiências vividas na luta pela terra.² Tais reações conferiram uma atuação política destacada e legitimidade para a participação em tais cursos.

Na análise das trajetórias sociais argumenta-se que o processo de luta pela terra e as experiências a ela relacionadas agem como força motriz para descortinar antigas representações sociais, associadas a visões de mundo, e estimular a participação nos

² De acordo com Comerford (1999) a categoria luta pode ganhar vários significados para os trabalhadores rurais à medida que diferentes situações são vividas e interpretada e diferentes práticas são postas em ação, constituindo diferentes conjuntos de relações. Dessa forma, essa categoria ganhará três sentidos durante este artigo: a) luta pela terra referindo-se a movimento e mobilização para a conquista de um pedaço de terra, freqüentemente remetendo às relações sociais estabelecidas no acampamento; b) luta sobre ou na terra referindo-se às dificuldades do trabalho cotidiano no assentamento e ao enfrentamento de diversas formas de privação; c) luta referindo-se à participação em estruturas de direção do acampamento, de partidos, do assentamento, da cooperativa e de outras organizações; vivida como luta política, designando o sentido da luta para além dos interesses imediatos de quem dela participa, relacionada com a categoria ou classe social.

curso de agroecologia. É nossa hipótese que as recomposições socioculturais de conhecimentos, relações e disposições sociais internalizadas no período do acampamento funcionaram como marcadores sociais de segundas chances³ vividas pelos sem-terra. Um marcador social congela certas imagens que enquadram os cursos de ação que se seguem (Guiddens: 2002; 17). Em outras narrativas poderíamos associar o marcador social a um trauma, um choque, conflito, tensão, em suma a um fato social significativo. A associação entre um marcador social e segundas chances na análise da luta pela terra será referida às possibilidades de recomposição de uma trajetória perdida e vivida pela situação de sem-terra. Neste contexto, determinadas situações da luta, como a do acampamento, são densas de ansiedade, incerteza, instabilidade, perigos e oportunidades, podendo marcar uma nova vida. O mesmo se poderia dizer dos momentos de crise de reprodução social do grupo familiar, e possíveis marcadores sociais familiares. Nesta situação, os cursos de agroecologia, por sua identificação com as visões de mundo herdadas e incorporadas pelos assentados filhos de pequenos agricultores, poderiam assim ter funcionado como uma rede de pertencimento e de reconhecimento que lança seus laços para um futuro por vir. Tais laços seriam assim acionados em crises futuras. As segundas chances refletiriam assim a possibilidade de transitarem da situação de sem-terra para a de agricultor-assentado.

O texto está dividido em seis seções, incluindo essa *Introdução*. Na segunda, *Apresentando os agricultores-assentados*, indicamos as questões que serão tratadas durante o artigo, bem como a perspectiva teórico-metodológica adotada. Na terceira, *A menina dos olhos dos sem-terra*, apontaremos algumas características da regi-

³ Guiddens (2002: 17-21) examina a separação conjugal destacando-a como um marcador social de abertura de *Segundas Chances*, de Judith Wallerstein e Sandra Blakeslee, ou seja, um possível novo casamento.

ão, da Granja Ceres e do Assentamento Ceres, que serão consideradas nas análises subseqüentes. Tentaremos, assim, elucidar as condições iniciais que fundam o assentamento, as posições e intenções dos atores sociais relevantes. E, em especial, estaremos identificando a forma coletiva de gestão da infra-estrutura leiteira “herdada” da Granja: a Coopervida, a formação de grupos coletivos de produção e suas posteriores dissoluções. Na quarta seção, *Antecedentes, a marcação social do acampamento e a agroecologia*, indicaremos elementos para a visualização da posição social dos filhos de pequenos agricultores, anteriormente às suas idas para o acampamento. Em seguida, identificaremos as suas reações às experiências vividas no período de acampamento – uma aproximação às vivências de incerteza, instabilidade, ansiedade, perigos e oportunidades –, sendo a práxis política e a participação em cursos de agroecologia algumas delas. Em *As trajetórias sociais e a agroecologia no assentamento* analisamos como aqueles conhecimentos e recomposições socioculturais do acampamento são acionados na vivência das segundas chances, agora na forma do assentamento, bem como as novas tensões e contradições vivenciadas. Para finalizar, sistematizaremos na seção 6 algumas conclusões interpretativas.

Apresentando os agricultores-assentados

Temos como pressuposto que os conhecimentos e disposições sociais incorporados pelo conjunto dos agricultores-assentados, manifestados pelas suas trajetórias sociais, não seriam objetivados por uma espécie de operação mecânica quando em assentamento. Para o caso dos agricultores-assentados que realizaram os cursos de agroecologia no período do acampamento e que compõem o universo empírico aqui diretamente analisado, podemos sugerir que aquela objetivação dependeria de seis grandes dimensões: a) do conjunto de conhecimentos, saberes e lógicas de ação internalizados numa trajetória anterior ao a-

campamento; b) da vivência particular da ansiedade, perigos e oportunidades e das significações que deram e dão aos eventos vividos; c) das significações construídas para as experiências relacionadas aos cursos de agroecologia e da predisposição (subjetiva) em objetivá-las; d) das condições culturais objetivas (tidas como naturais e materiais) do assentamento, assim como das subjetivações culturais que presentificam suas possibilidades futuras no assentamento, tais como, o que este território poderia ou deveria produzir⁴; e) do ciclo de vida dos integrantes do núcleo familiar, das redes de relações estabelecidas com técnicos e dirigentes, com o crédito, com canais de comercialização; f) das condições comerciais determinadas pelos oligopólios e mercado internacional na compra de produtos agrícolas, marcadamente *commodities* – soja e milho, para o caso aqui analisado, além de outras.

Tais dimensões, somadas à subordinação indireta e estrutural ao capital, juntamente com a debilidade de políticas públicas específicas, tendem a determinar uma realidade produtiva muito instável aos assentamentos rurais. No primeiro caso, Moreira (1999) [em especial na Parte II. Relações sociais e agricultura familiar] tem destacado que a subordinação indireta das formas sociais da agricultura familiar e sua situação de pequenos patrimônios produtivos na ordem competitiva capitalista imprimem uma situação estruturante de vivências em um espaço social restringido e mutante. No segundo caso, por uma tendência histórica de marginalização desses setores sociais no escopo das

⁴ Nesse contexto, tanto as condições culturais objetivas quanto as subjetivas não seriam da ordem de uma autonomia absoluta, mas socialmente co-determinadas: resultado das interações com instituições, como o Incra e o MST e seus mediadores; com grupos de agricultores e membros da própria família; com outras instituições sociais religiosas, culturais, políticas e econômicas em suas dimensões culturais, de conhecimento e de expressão de diferenciais de poder.

políticas públicas estatais, apontada por analistas como Leite (1994), Medeiros e Leite (1999; 2004), Cordeiro, Schmitt e Armani (2003), dentre outros. Assim, quando analisada historicamente, essa marginalização representaria para Moreira (1996) uma espécie de ideologia de subsistência presente no estado brasileiro devido à especificidade de sua formação nacional, relacionada com suas raízes agrárias oligárquicas e autoritárias, e expressada naquelas políticas públicas para os setores da agricultura familiar. Tais instabilidades também serão traduzidas e identificadas na análise das trajetórias sociais dos agricultores-assentados.

Assim, para a realização dessa pesquisa, três configurações produtivas foram identificadas entre o conjunto dos agricultores-assentados através de entrevistas realizadas a partir de um questionário aplicado pela equipe técnica do assentamento com o objetivo de mapear os sistemas de produção desenvolvidos. Na primeira configuração estavam envolvidos 47 agricultores-assentados que possuíam a cultura da soja como principal atividade produtiva dedicada ao comércio; na segunda configuração, 42 agricultores-assentados tinham a soja e o leite como principais atividades dedicadas ao comércio e, por fim, na terceira configuração produtiva, 17 famílias dedicavam-se a várias atividades destinadas ao comércio, sendo o leite o carro-chefe das composições de renda, mas com a presença também de avicultura, suinocultura, produção de olerícolas, amendoim, batata, cebola, alho, derivados de cana-de-açúcar e produtos manufaturados, como compotas e queijos.⁵ Tendo em vista essa clas-

⁵ Essa divisão dos agricultores-assentados pelas principais culturas comerciais pode ser questionada, uma vez que os agricultores-assentados do primeiro e do segundo grupos podem realizar a venda de produtos da alternatividade (Garcia Jr., 1983; 1994), ou seja, excedentes de produtos inicialmente dedicados ao autoconsumo. No entanto, optou-se por permanecer com tal divisão, pois as diferenças en-

sificação,⁶ optou-se por chamar as configurações identificadas pela composição comercial de seus sistemas produtivos, respectivamente: sistema produtivo soja; sistema produtivo soja-leite; sistema produtivo diversificado.

O critério usado para a composição da amostra de agricultores-assentados a terem suas trajetórias aqui analisadas foi o sorteio de três deles,⁷ integrantes do sistema produtivo diversificado, que atualmente verbalizam estar desenvolvendo produção agroecológica. Contudo, um quarto agricultor-assentado foi escolhido por apresentar em sua história produtiva o desenvolvimento de atividades agroecológicas, mas que a partir de 2005 distancia-se dessa estratégia, sendo classificado, à época da pesquisa, como componente do sistema produtivo soja-leite. A partir da análise de suas trajetórias sociais e entrevistas realizadas identificou-se que os quatro agricultores-assentados haviam realizado cursos no período do acampamento, ou imediatamente anterior a ele, que envolviam a temática da agroecologia. Três deles (que serão chamados por Sr. Pedro; Sr. Ricardo; Sr. João)

tre sistemas produtivos das famílias são também observáveis no desenho produtivo dos lotes, assim como na composição das rendas, que deverá ser analisado em outra ocasião.

⁶ Deve ser destacado que toda classificação se por um lado ajuda a identificar tendências e similaridades, constituindo importante instrumento para a análise e abstração, por outro secundariza as diferenças existentes internamente. Assim, é importante registrar que a realidade tende a ser mais complexa e ao mesmo tempo impossível de ser apreendida em sua totalidade.

⁷ Para a escolha do número de agricultores-assentados foram considerados a espacialização dos agricultores-assentados no assentamento, a classificação em termos de sistemas produtivos e o critério de saturação, quando as informações relacionadas com o que se deseja estudar começam a se repetir.

fazem parte desta última configuração produtiva e o quarto (Sr. Antônio) faz parte da segunda configuração.⁸

Fez-se questão de incluir Sr. Antônio na análise por três motivos: a) possui uma trajetória prévia de assentado em outro assentamento localizado na chamada Metade-Sul do estado, até o ano de 1999. Desse modo, as comparações por ele realizadas das formas de produção entre as duas situações de assentado nos parecem importantes para elucidar algumas particularidades do Assentamento Ceres; b) em sua trajetória nesse assentamento, inicia comercializando *vários* produtos agrícolas e pecuários, passando a produzir no último ano, basicamente, a soja e o leite; c) por permitir analisar os motivos de sua migração de sistemas produtivos.

Outra informação importante sobre os quatro agricultores-assentados selecionados é que são citados correntemente no assentamento pela assessoria técnica e administrativa (em reuniões com outros agricultores-assentados nos cinco núcleos de famílias, por exemplo) como casos que constituíram alternativas produtivas à monocultura da soja. Estas citações são referências valorizadas pela assessoria, que podem, nestes discursos, por um lado, estar cumprindo o papel de tipo ideal e de modelo para os demais, e, por outro, estar objetivando um capital simbólico que os distingue dos demais. Na elucidação destes discursos modeladores de comportamentos coletivos será importante a consideração das seguintes indagações: Por que possuem um sistema produtivo considerado diversificado, quando em comparação com os demais agricultores-assentados? Por

⁸ Os nomes dos agricultores-assentados utilizados não conferem com os nomes reais. Utiliza-se esse recurso para facilitar a análise e preservar o anonimato dos entrevistados. À época da realização da pesquisa a idade entre eles variava de 30 a 44 anos, e todos formavam grupos familiares com esposa e pelo menos um filho(a) com idade máxima de 12 anos.

que e como constituíram alternativas à monocultura da soja? Como a temática da agroecologia foi incorporada em suas estratégias produtivas? Por que o quarto agricultor-assentado distanciou-se de tal estratégia agroecológica? Em outras palavras, serão aqui consideradas as propriedades distintivas, conjunto de características específicas que lhes são atribuídas e que em algum grau foram por eles adquiridas durante o período de socialização, como conhecimentos, crenças, desejos, capital cultural e político (Bourdieu, 2002: 50). Estaremos assim explorando outras razões culturais, para além da identificação já realizada de participação naqueles cursos, que são acionadas na legitimação da referência que estes agricultores-assentados passam a ter para o desenvolvimento de estratégias produtivas consideradas alternativas. Nessa direção, quais foram os sentidos atribuídos a tais cursos e em que contexto eles foram realizados? Por outro lado, que tipo de reações tiveram em relação às circunstâncias e dimensões ressaltadas anteriormente, a saber, a instabilidade das políticas específicas e o espaço social estruturante restringido e mutante que definiriam os constrangimentos sociais para o desenvolvimento de estratégias produtivas em assentamentos rurais?

A pesquisa de campo foi realizada nos meses de maio a julho de 2006, optando-se por vivenciar o cotidiano dos agricultores-assentados. Entrevistas semi-estruturadas foram usadas na coleta dos dados, assim como caderno de campo e informações obtidas com a equipe técnica e a cooperativa do assentamento. É importante apontar que referências a trajetórias sociais de outros agricultores-assentados somente serão usadas para destacar as propriedades distintivas que se estará analisando, servindo como objeto de problematização, por comparação.⁹

⁹ Optou-se por essa metodologia de análise como forma de aprofundar a discussão com relação às trajetórias sociais dos quatro agricultores-assentados que compõem a amostragem. Se outras trajetórias

A menina dos olhos dos sem-terra

O Assentamento Ceres está situado a 6 km do perímetro urbano no município de Jóia. Com uma população total de 8.284 pessoas este município faz vizinhança com Augusto Pestana a 29 km, com 7.848 habitantes, e Ijuí a 42 km, com 75.916 habitantes, todos localizados na região do Planalto Rio-Grandense (Incra, 1996; IBGE, 2000). Esta região é caracterizada pelas culturas da soja, do leite e pela criação extensiva de bovinos e ovinos, essa em redução nas últimas décadas. Desde a década de 1960, a modernização do Planalto Rio-Grandense está associada à expansão de cooperativas tritículas e empresas vendedoras de insumos agrícolas. Nesse contexto, a Cooperativa Tritícula de Ijuí (Cotrijuí) abre sua filial no município de Jóia em 1973. Na década de 1980, há a criação da Cooperativa Central Gaúcha de Leite (CCGL), que desde então potencializa a agropecuária leiteira na região e em Jóia (Brum, 1988; Rückert, 1985; 2003).

A atual área do Assentamento Ceres era, até 1996, a chamada Granja Ceres com 2.005,25 ha, sob propriedade da Varig Agropecuária SA (Vagro),¹⁰ altamente produtiva, moderna e especia-

sociais fossem analisadas seria necessário desenvolver um texto maior, excedendo as dimensões de um artigo. Contudo, reconhece-se que sem a análise de distintas trajetórias sociais poderão faltar às argumentações no texto algumas co-relações que seriam importantes, por estar-se destacando as propriedades distintivas de um grupo de agricultores-assentados em relação aos demais, onde estes últimos serão apenas, e eventualmente, citados.

¹⁰ A Vagro era uma empresa do grupo Varig transportes aéreos, sendo sua composição acionária constituída da seguinte forma: 78% das ações estavam sob controle da Fundação Buben Berta (antiga associação dos funcionários da Varig), 21% das ações pertencentes à Viação Aérea Rio-Grandense (Varig propriamente dita) e o restante dividido entre pequenos acionistas. Vale destacar que a Vagro possuía, até 1996, em vários estados do país, 15 imóveis rurais, incluindo a

lizada na atividade leiteira. De acordo com um dos entrevistados, essa Granja era, à época da aquisição da área para fins de reforma agrária, a *menina dos olhos* dos sem-terra do estado, em uma referência à infra-estrutura presente, à qualidade dos solos e à localização geográfica em relação aos centros urbanos. Por razões que não serão exploradas neste artigo, a Granja Ceres é vendida¹¹ ao Incra, que cria assim o Assentamento Ceres, assentando 113 famílias em lotes de 13,7 ha, em média. Dessa forma, a infra-estrutura presente, que entre outras era composta por salas de ordenha, galpões de confinamento, fábrica de ração, oficina mecânica, resfriadores de leite, geradores de energia elétrica, casas e galpões, passa a ser um dos componentes diferenciadores deste assentamento.

No contexto da conjuntura estadual de demanda por terra empreendida por agricultores sem-terra acampados e organizados pelo MST, a área desse assentamento recebe os beneficiários. Nas entrevistas realizadas com dirigentes do MST e assessores do Incra, que acompanharam o processo de compra e assentamento das famílias sem-terra, relata-se que a área havia sido idealizada para ter a produção coletivizada. Dessa forma, uma cooperativa deveria ser criada para administrar uma área de 200 ha onde a estrutura da antiga Granja estava localizada. O restante do assentamento seria formado por grupos de produção coletiva que aglutinariam as famílias sem-terra. A produção leiteira seria estimulada pela cooperativa entre os agricultores-assentados e por esta, aproveitando a infra-estrutura presente,

Granja Ceres, num total de 68.733,7 ha. Sua sede localizava-se no estado de Pernambuco, cidade de Recife (Incra, 1996).

¹¹ O total da transação foi de R\$ 5.181.150,70, sendo R\$ 4.432.404,60 o valor pago pela terra nua e o restante referente a benfeitorias e culturas permanentes; destaca-se que o plantel de animais não foi vendido ao Incra, tendo sido leiloado pela antiga proprietária antes de vender a área (Incra, 1996).

seria armazenada e comercializada. Assim, em 1997, é formada a Cooperativa Agrícola Terra Vida Ltda (Coopervida), sendo administrada pelo MST. O relato abaixo de um dos dirigentes entrevistados ressalta o que era para ser e o que deveria constituir a centralidade das estratégias produtivas do conjunto dos agricultores-assentados:

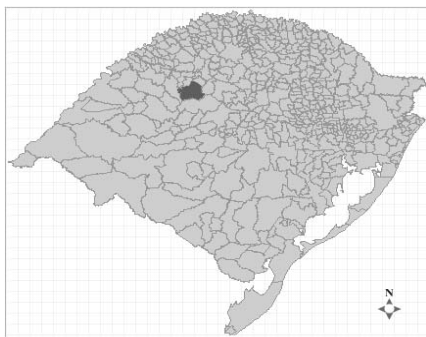
Nesse assentamento o leite era para ser a principal fonte de renda dos assentados. O leite era para formar a renda e as miudezas deveriam ser produzidas para o pessoal não gastar tanto em mercado (...).

Dessa forma, ainda no período do acampamento as direções do MST estabeleceram como critério para seleção dos agricultores sem-terra a serem beneficiados com a área do assentamento que teriam preferência aqueles que constituíssem grupos visando à produção coletiva. Assim, todos os beneficiados integraram no acampamento os chamados grupos coletivos. No entanto, como a Granja Ceres era a *menina dos olhos* dos sem-terra do estado e, por isso, todo mundo queria ir para lá, como declara o Sr. Pedro, apenas dois dos grupos formados entraram na área como coletivos de produção, um envolvendo 26 famílias e outro envolvendo nove famílias. Os demais, assim que chegaram ao assentamento se desfizeram, constituindo unidades individuais. Ou seja, a grande maioria constitui-se em grupos apenas como estratégia para atender ao critério posto pelo MST no período do acampamento. Uma vez já dentro do assentamento e tendo sua reivindicação imediata atendida – a conquista de um pedaço de terra – desarticulam a artificialidade da forma coletiva, aparentemente estranha à visão de mundo que os socializou. Lembramos que a propriedade privada é a forma da Lei desde 1850, estando, portanto, internalizada como natural tanto nos setores sociais hegemônicos quanto nos contra-hegemônicos, subalternos e subordinados.

Contudo, aqueles dois grupos de produção coletiva também passaram por “problemas”, sendo o primeiro desfeito por completo e o segundo permanece com apenas três famílias (os três agricultores são irmãos, um deles, o Sr. João, faz parte daqueles que serão aqui analisados).¹²

O Assentamento Ceres possui quatro poços artesianos para distribuição de água (dois já existiam desde a Granja Ceres e os outros dois foram construídos em 2001) e uma rede elétrica que atende todo o assentamento, instalada em 2001. O solo é classificado como suave ondulado, de boa fertilidade, sem afloramento de rochas em mais de 85% da área. É cortado por pequenos rios e possui várias nascentes. À época da pesquisa de campo, as estradas até a chegada ao Assentamento apresentavam boas condições de tráfego e 80% das estradas internas eram empedradas com cascalho.

Figura 1. Estado do Rio Grande do Sul com a localização do município de Jóia



Fonte: Fundação de Economia e Estatística (FEE/RS)

¹² Os motivos pelas desagregações destes coletivos não serão explorados neste artigo, apenas quando se julgar necessário para analisar o comportamento dos agricultores-assentados pesquisados. De uma forma geral, este tema tem sido tratado por outros pesquisadores, como: Zimmermann, (1994); Scariot (2002); Anjos (2005), entre outros.

Antecedentes, a marcação social do acampamento e a agroecologia

A perspectiva de começar a análise identificando nas trajetórias sociais a anterioridade ao acampamento dá-se por compreender que, em parte, as reações às novas experiências e práticas vivenciadas na luta pela terra e sobre a terra ganham significação a partir de um conjunto de referências socioculturais internalizadas nas socializações anteriores aqui tratadas como posição social e visões de mundo dos pais. Os conhecimentos, valores, desejos e formas de comportamento dos agricultores-assentados foram construídos em ambiências socioecossistêmicas, ao mesmo tempo sociais, históricas e naturais, vividas pelos indivíduos como “natural”; no nosso entender como “natural” de cada cultura, durante sua socialização. Dessa forma, a ambiência socioecossistêmica pode ser entendida como as visões de mundo, saberes, lógicas de ações, instituições e materialidades diversas que orientam as relações sociais, econômicas e políticas, orientam os espaços e tempos cotidianos de determinada sociedade e os espaços e tempos do indivíduo; seus locais de vivência, trabalho e afetos (Moreira, 2004; 2006); são assim processos complexos no espaço e no tempo, em co-determinações: individuais e sociais. Nesse contexto, é nas inter-relações complexas do ser humano na natureza e na sociedade onde cada um experimenta sua individuação. Com efeito, a posição social ocupada pelo indivíduo no interior da sociedade e as experiências a ela relacionadas tenderiam a conformar realidades específicas e lógicas de ação como fundamento reativo-interativo aos novos eventos que lhe chegam aos sentidos. Os princípios (sistemas de referência) orientadores das lógicas de agir, pensar e se comportar poderiam ser entendidos como *habitus* formados numa ambiência socioistórica; uma estrutura internalizada que tende a agir como estruturante das práticas sociais, das formas

de reagir a novas experiências e definidora de um vir a ser do indivíduo (Bourdieu, 1996; 2002).

Se aceitarmos essa postulação, teríamos que reconhecer as diferenças entre aqueles agricultores-assentados que ocuparam posições sociais anteriores ao acampamento como filhos de pequenos agricultores, como trabalhadores assalariados agrícolas ou como trabalhadores urbanos, por exemplo. Posições sociais que conformariam experiências de vida, saberes e lógicas diferentes conduzindo a ações também diferentes, ou ainda a uma mesma ação, mas com significações diferentes. Assim, os desejos, projetos de futuro e objetivos diretos para com a posse do lote de terra poderiam ser diferentes, bem como a vivência de incertezas, instabilidades, ansiedades, perigos e oportunidades. Neste sentido corrobora o estudo realizado por Gaiger (1994a) em que os agricultores-assentados, filhos de pequenos agricultores e arrendatários rurais em situação anterior ao acampamento, tendiam a apresentar um campo de visibilidade de interesses maior que aqueles que se situavam como trabalhadores assalariados, antigos meeiros e peões de fazenda.

Nesta ordem de argumentação, seria prudente ainda considerar que entre a mudança das condições sociais (nesse caso, relacionada, com a “transformação” de filho de pequeno agricultor ou trabalhador assalariado em sem-terra, portanto, relacionada com o processo de lutas) e a mudança de comportamentos dos indivíduos e grupos os diferenciais de poderes da cultura não são vividos da mesma forma e nem com a mesma significação. Dependem daquilo que os indivíduos interiorizaram como *habitus* ao longo de suas vidas. Ao pesquisador, esta dimensão é, a nosso ver, impossível de ser acessada. Dela só temos e podemos construir indicadores. Ao nível social, as reações às mudanças sociais tenderiam a ser semelhantes entre indivíduos que ocupam posições sociais reconhecidas como semelhantes na estrutura socialmente legitimada de relações sociais daquela socie-

dade. As classes e categorias sociais são ao mesmo tempo representações sociais de diferenciação e de identificação, bem como de estruturação de diferenciais de poderes, hegemônicos, contra-hegemônicos e subalternos ou subordinados. Quando maior a diversidade, maior seriam as modalidades e possibilidades de produção de sentidos segundo as circunstâncias, conjunturas e experiências vividas.

Neste sentido, as trajetórias sociais relacionadas com a posição social de origem dos agricultores-assentados aqui selecionados passam a ser analisadas a seguir. Procura-se identificar as lógicas de ação e princípios estruturantes das visões de mundo e de si, que orientam as reações às novas experiências vivenciadas no período de acampamento e, posteriormente, no assentamento.

Desta perspectiva compreensiva, foi possível identificar que os quatro agricultores-assentados analisados são filhos de pequenos agricultores que tinham suas propriedades localizadas na região do Alto Uruguai, no estado do Rio Grande do Sul, também identificada como a região das Colônias Novas (Frantz e Silva Neto, 2005: 63; Zarth, 1997). De acordo com esses autores, a ocupação desta parte do território rio-grandense se deu a partir de 1920, devido à migração progressiva de novas gerações de descendentes de colonos em busca de terras, sobretudo de italianos e germânicos instalados inicialmente num raio de 200 km ao redor do município de Porto Alegre. As novas colônias formadas eram mistas, com descendentes de ambas as etnias européias e com a presença de caboclos que tiveram acesso ao título de pequenas propriedades ou asseguraram o direito à posse devido à elevada presença dessa população e ao fechamento da fronteira agrícola, a partir da década de 1960. Os autores ressaltam que o tamanho das posses não era uniforme, sendo normalmente menores do que os lotes das colônias públicas ou privadas fundadas em décadas anteriores (que variaram de 77 ha a 25 ha, dependendo da datação de instalação das

colônias). Haveria assim um predomínio do minifúndio numa região de topografia acidentada. No contexto de ocupação desta região do estado, Gaiger (1994b) e Silva (2003) apontam caldeamentos culturais, mobilidade social e processos de miscigenação entre as diferentes etnias, principalmente entre a população mais empobrecida que posteriormente integraria os acampamentos de sem-terra. Pode-se considerar que deste processo de formação socioistórica os agricultores-assentados aqui pesquisados teriam sua constituição sociocultural. Assim, de acordo com suas declarações, Sr. Pedro seria de origem étnica mista entre teuto-brasileiros e caboclos; Sr. Ricardo com origem étnica entre ítalo-brasileiros e caboclos; Sr. João com origem étnica italiana; e o Sr. Antônio com origem étnica cabocla. Portanto, a não-explicitação dos processos sociais de ocupação do território, caldeamentos culturais e miscigenação étnica, poderia tornar equivocada uma análise baseada unicamente nas matrizes culturais caboclas e teuto ou ítalo-brasileiras. Por esse motivo e por que exigiria um maior número de laudas, a análise privilegiará as práticas dos agricultores-assentados contextualizando-as no processo de formação socioistórica.¹³

A base econômica comercial dos pequenos agricultores das Novas Colônias dava-se a partir da criação de suínos e cultivo de cereais, especialmente trigo, milho e soja, sendo acompanhada por uma diversificada produção de autoconsumo (Frantz e Silva Neto, 2005). Neste contexto histórico estariam situadas as famílias dos agricultores-assentados aqui em foco. De acordo

¹³ Registramos apenas que a literatura especializada costuma fazer uma separação entre os chamados caboclos e os de origem européia, com relação às matrizes culturais constituintes do trabalhador rural meridional. A primeira denominação é carregada socioistoricamente por preconceitos, como trabalhadores indolentes, a segunda como portadores de parcimônia e abnegação; ver: Roche (1969); Zarth (1997); Gerhardt (2006), além dos autores citados no texto.

com as entrevistas, o tamanho das propriedades de seus pais variava de 4 a 11 ha. Os sistemas de cultivo baseavam-se no consórcio entre atividades produtivas, como declara Sr. Ricardo, de uma família com quatro irmãos, quatro irmãs e propriedade de 11 ha: Nós plantávamos soja no meio das carreiras do milho, era consorciado então: milho-soja e depois vinha às miudezas.¹⁴ No entanto, dependendo da localização das propriedades com relação aos canais de comercialização, outras atividades produtivas geradoras de renda monetária eram realizadas. Já no contexto dos anos de 1980, além das cooperativas tritículas que fomentavam a produção do binômio trigo-soja, as cooperativas de leite e as indústrias de fumo instalavam-se no estado consolidando cadeias produtivas que integravam pequenos agricultores (Rückert, 2003; Brum, 1988; Silva Neto e Basso, 2005a). Nesse contexto, a família do Sr. Antônio, composta pelos pais e dois irmãos, com uma propriedade de apenas 4 ha, começa a apostar no leite e no fumo como novas atividades para melhorar de vida, conforme declarado em entrevista.

A pequena área de terra representa aquela instabilidade estruturante dos espaços sociais das formas das agriculturas familiares (Moreira, 1999). Este pequeno patrimônio produtivo, ao não atender às carências conformadas socioistoricamente, impulsiona os agricultores a práticas de meação e arrendamento que

¹⁴ Miudeza designa as culturas e criações dedicadas ao autoconsumo da família e pode expressar, nesse contexto, atividades consideradas secundárias em grau de importância nos trabalhos rurais, quase sempre desenvolvida pela mulher. No entanto, em momentos de crise de realização financeira daquelas culturas tidas como dedicadas ao comércio (soja, milho, por exemplo) as miudezas podem se tornar grandezas, quando assumem importância econômica comercializável, podendo deslocar os homens de suas atividades até então tidas como principais para aquelas que eram consideradas secundárias. (Conforme declaração da esposa do Sr. Pedro e observações realizadas no contexto da realidade do Assentamento Ceres).

passam, conforme demonstra Silva (2003), a fazer parte das estratégias de reprodução dos grupos familiares localizados naquela região do estado. No contexto de expansão das atividades tritícola e sojícola por capitalistas urbanos e/ou colonos melhor aquinhoados, eram estabelecidos contratos de parceria (meação, arrendamento) com pequenos agricultores para limpar as novas terras com seu cultivo. Após o término da parceria, os proprietários reassumiam as terras para plantação daquelas monoculturas comerciais de forma mecanizada. O Sr. João, de uma família com sete irmãos, uma irmã e 7 ha de propriedade rural, declara em entrevista que:

Nós arrendávamos a terra de um cara, mas ele sempre te arrendava a pior terra que tinha com “rabo de bugiu”, “soita” e “içada”. [E quantas hectares vocês plantavam para fora?] Ba! Nós plantávamos até 15 ha para fora, tudo no braçal com três juntas de boi. No inverno tu ia desbrotar todos aqueles brotos, depois lavrava, envergava, plantava o milho, limpava, plantava a soja e colhia tudo no manual. O problema é que quando tu limpava a terra, que ela ficava boa, os caras tiravam ela de você. (Os colchetes referem-se à fala do entrevistador).

Dessa forma, a incorporação de novas terras para o cultivo de cereais e expansão da fronteira agrícola, no âmbito da modernização da agricultura nessa região do estado do Rio Grande do Sul, engendrou relações sociais que tenderam a definir um leque de reprodução econômica dos setores mais empobrecidos do campo. A instabilidade socialmente estruturante dessas situações associavam, por um lado, o cultivo de pequenas parcelas próprias de terra e, por outro, os contratos de parceria com grandes proprietários, por meação ou arrendamento e/ou o emprego (temporário ou permanente) em propriedades próximas. Como destacou Moreira (1999), a posição de pequeno patrimônio produtivo na ordem competitiva capitalista tende a ser restrita e mutante. No caso dessa região, de uma forma ge-

ral, a incorporação de novas técnicas de preparo do solo e cultivo na triticultura e na sojicultura diminuiu a possibilidade de emprego, e mesmo de meação e parceria, depois da fase de limpeza das terras, bem como reduziu o preço dos produtos oriundos da produção dos colonos. O resultado foi a redução da renda monetária e a incapacidade de atender às carências (materiais e simbólicas) mínimas dos grupos familiares. Estas dificuldades condicionaram trajetórias sociais em busca de melhores condições de vida (Gaiger, 1994a), em busca de segundas chances.

Assim, para os objetivos desse artigo, importa destacar que as famílias dos agricultores-assentados aqui consideradas estavam inseridas numa economia mercantil de trocas desiguais como proprietárias de pequenos patrimônios produtivos (Moreira, 1999) ou como pequenos arrendatários, que além da renda para consumo familiar tinham que pagar a renda da terra arrendada. Neste contexto de determinação mercantil – compra de bens de consumo, bens produtivos e pagamento de rendas, necessários para reprodução social naquela ambiência – pode-se sugerir que a exploração da terra, pelo menos naquilo que se referia ao elo mercantil da vida familiar, seguia um princípio de maior lucratividade. Mais forte ainda para os casos de arrendamento, onde a renda bruta mercantil tinha que gerar a renda do arrendamento e o lucro: instabilidade e riscos maiores. Não obstante, para esse caso, o pequeno agricultor tem que provar ao proprietário que possui condições de desenvolver a produção e pagá-lo. Circunstâncias que exigem uma visão monetarizada e de mercado. Contudo, a nosso ver, seria um equívoco interpretativo considerar que esta mercantilização da reprodução da vida familiar transformaria o “camponês” em “capitalista”. Esse processo é de longa datação, desde o nosso escravismo mercantil. A mercantilização, para nós não enfraquece o reconhecimento de que estas formas “camponesas brasileiras” estão ancoradas nos valores da família e da terra, como local de trabalho e de

vida, assim como as condições morais que daí se sucedem (Wortmann, 1990), e buscam reproduzi-las socialmente, nem que seja em segundas chances.

Contudo, os valores culturais não são fixos. São atualizados e presentificados segundo experiências do presente e as possibilidades que se abrem para o futuro. Nestes processos poderiam ocorrer, por exemplo, modificações profundas nas representações sobre o tempo e as técnicas de cultivo. Assim, o que antes poderia representar ser um tempo cíclico, de um passado que se repete, que não se modifica no futuro, pode aparecer, com a idéia hegemônica de progresso da modernidade, como um futuro que pode e tende a ser diferente do passado (Bailey, 1971).¹⁵ O mesmo tenderia a ocorrer com o modo de produção de conhecimentos, havendo desvalorizações das técnicas chamadas de tradicionais (Moreira, 1997) e a incorporação dos conhecimentos modernos de cultivo e manejo como condição para aumentar os rendimentos. Se reconhecermos as condições sociais como processos abertos e indeterminados, a posição social ocupada pelos indivíduos nesse processo teria necessariamente uma incidência sobre a forma de consciência e sobre os *habitus*, dada pelas experiências vividas e acumuladas, assim como pelos conhecimentos e aptidões intelectuais adquiridos em cada novo contexto. Por outro lado, as etapas da vida pessoal e os ciclos familiares e intergeracionais conferem diferentes capacidades de ação social, tornando complexa a análise da posição social da família. Por exemplo, em cada grupo familiar, os filhos

¹⁵ Para esse autor, a concepção de tempo circular seria substituída por uma concepção de tempo flecha. Ou seja, a ideologia da modernização romperia com noções de tempo associadas a visões de que tudo pareceria se repetir: processos sociais como estações do ano. Assim, as concepções de tempo flecha estariam associadas ao desenvolvimento do capital em que a melhora econômica estaria no horizonte dos desejos individuais ou coletivos.

com o passar do tempo atingem o momento social de constituir novos núcleos familiares.

Dessa forma, os agricultores aqui analisados, chegada a hora de constituir família, seguiram vários itinerários antes de se decidir pelas segundas chances abertas pela forma acampamento. A decisão de ir acampar aparece em suas trajetórias sociais depois que todas as outras opções já foram tentadas de acordo com o *status quo* estabelecido. A análise das entrevistas releva diferentes itinerários sociais que destacam as tentativas de reprodução social por outros meios que não aquele relacionado diretamente com o acampamento¹⁶. Nesse sentido, a sistematização das entrevistas revela: a) migração para o norte, em garimpos do Pará, buscando realizar um golpe de sorte para acumular capital econômico; segundo Sr. João, esse seria seu primeiro *peitaço*¹⁷ para tentar melhorar de vida; b) migração para cidade em busca de emprego, que, quando encontrado, tende a não garantir condições consideradas dignas de vida, como a autonomia no processo de trabalho, condição declarada por Sr. Pedro e Sr. Antônio; c) arrendamento de parcelas de terra próximas à propriedade do pai e o próprio fracionamento da propriedade familiar entre os irmãos, como declarado pelo Sr. Ricardo.

¹⁶ Até porque, segundo Gaiger (1999: 83), a categoria referência seria aquela ligada à imagem de pequeno agricultor, agricultor familiar ou mesmo de colono. A categoria sem-terra seria uma categoria de referência ao contrário, contra a qual o filho do pequeno agricultor luta inicialmente para não integrá-la.

¹⁷ A expressão *peitaço*, nesse contexto, significa se aventurar, se arriscar em busca das condições consideradas dignas para se viver e constituir família. A lógica de ação desse agricultor-assentado é marcada pelos *peitaços*, segundo ele: realizado novamente quando decidiu ir acampar e em outras situações no assentamento que serão exploradas a frente no texto.

Vale a pena destacar que os quatro agricultores-assentados ainda eram solteiros e buscavam possibilidades de realização econômica para a constituição do núcleo familiar.¹⁸ Dessa forma, o processo de autoconvencimento de que o acampamento e a luta são as únicas alternativas para se ter acesso à terra e à reprodução dos padrões de vida almejados seria, para Gaiger (1999) acompanhado por uma espécie de luta interna contra a frustração.¹⁹ Neves (1999) destaca que o autoconvencimento significa, no fundo, uma luta contra as regras sociais de propriedade instituídas. Assim, podemos levantar a hipótese de que essa luta é

¹⁸ Para uma análise mais detalhada das estratégias de reprodução do grupo familiar dever-se-ia objetivar as posições sociais dos outros integrantes e a posição na família destes agricultores-assentados aqui citados, assim como identificar os padrões de herança. Ou seja, como a literatura tem apontado, costuma ocorrer uma constituição social daquele filho que fica para herdar a propriedade, assim como em relação àqueles que devem sair. Nesta última situação, podem ser construídas várias possibilidades como encaminhar determinados (as) filhos (as) para o estudo e outros para o seminário. De acordo com a declaração de Sr. João, este último destino teria sido inicialmente incentivado por seus pais, chegando a frequentá-lo por algum tempo. Entretanto, sugere-se que dada a pequena quantidade de terra dessas famílias os padrões de herança também possam ter-se comprometidos, não ficando nenhum filho na propriedade e nem mesmo o pai, seguindo juntamente com aqueles para os acampamentos, como ocorrido com os pais de Sr. Pedro e Sr. João. Contudo, para uma discussão mais detalhada sobre os padrões de sucessão, herança e estratégias de reprodução social ver: Moura (1978); Seyferth (1985); Bourdieu (1994); Woortmann e Woortmann (1993); Carneiro (2001).

¹⁹ Ou seja, contra a racionalização de sua situação de precariedade material, podendo internalizar subjetivamente uma condição de privação de sua posição social na sociedade, que o levaria a considerar como inalcançável tal padrão de reprodução econômica e simbólica desejada, supervalorizando as vantagens da situação presente e subestimando àquelas da situação desejada.

contra as injustiças sociais atribuídas à distribuição desigual da propriedade da terra, uma vez que almejam ter seu pedaço de terra legitimado socialmente como sua propriedade. O próprio MST tece sua luta buscando sua legitimação no espírito da lei. No Assentamento Ceres há a desarticulação dos grupos de produção coletiva pelos agricultores participantes, o que aponta também para a constituição de lotes privados de terra.

Dessa forma, ir acampar significaria não aceitar a ordem das coisas e, mesmo que não consciente, eleger ao lado de quem e contra quem lutar; recusar o *status quo* estabelecido representaria alterar sua forma de ver e se ver no mundo e, de um modo geral, significaria insatisfação com a realidade vivida e, por outro lado, esperança num futuro de melhores condições de vida. Esperança elaborada a partir de uma defasagem entre as expectativas materiais ou simbólicas e a realidade percebida como limitante para tais realizações. Assim, o olhar para o lote de terra passa a ser dirigido pela possibilidade de acúmulo de capital econômico, ascensão social e atendimento das carências socialmente produzidas e internalizadas pelos agentes numa dimensão socioistórica. Assim, o próprio sistema de disposições sociais baseado nas crenças culturalmente desenvolvidas na forma de *habitus* impulsiona-os para a luta por terra.²⁰ Nessa direção, quando os Sr. João e Sr. Antônio, respectivamente, foram solicitados a falar desse período anterior e subsequente no acampamento, deram declarações que dialogam com as afirmações.²¹

²⁰ Some-se o fato de que eles sabem que outros agricultores já conseguiram terra por meio da *luta*, conferindo ainda maior justeza e legitimidade às suas reivindicações.

²¹ A citação apenas desses agricultores dá-se por ser representativa e, entre os quatro, terem declarado possuir origem étnica italiana e cabocla, respectivamente, como já mencionado anteriormente. Assim, acentuam-se as observações em privilegiar as análises das práticas sociais desenvolvidas em cada contexto e não em determinações étnicas.

(...) eu já tinha dado um *peitão* [no garimpo no estado do Pará]; (...) dei outro quando fui para o acampamento porque a gente é de uma família que quer melhorar de vida, não ficar rico sabe, mas dar um futuro melhor para nossa família.

(...) em casa não dava mais, não mantinha nós [Arrumando um emprego na Fundep].²²

Lá eu percebi melhor que não bastava eu só trabalhar ganhando um “salariozinho” e viver o resto da vida ganhando isso, dava para comer, pagar a luz e o aluguel e ponto final. Jamais iria adquirir alguma coisa, não ia dar uma vida melhor para a família.

As citações dão substância às argumentações realizadas, em especial aquela relacionada em ver o lote como uma nova possibilidade de acumular economicamente, ascender socialmente, adquirir alguma coisa e dar um futuro melhor para a família, mesmo que significados subjetivos diferentes possam ser atribuídos pelos agentes às frases e expressões destacadas.

Gostaríamos de reter três pontos fundamentais que parecem orientar as reações às novas experiências dos agricultores-

²² Fundep é a Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Celeiro, localizada no município de Braga, região do Alto Uruguai no estado do Rio Grande do Sul. Essa instituição mantém vínculo estreito com os movimentos sociais do campo (MST; MPA, etc.) e desenvolve cursos para jovens filhos de pequenos agricultores, acampados e assentados. A agroecologia é temática componente dos conteúdos tratados e por ela desenvolvidos. Os cursos são realizados em forma de alternância entre período de aula e período de trabalho. Existem vários setores agrícolas, tais como suinocultura, avicultura, jardinocultura, horticultura, lavoura (grãos), assim como os setores relacionados com a agroindustrialização de produtos: carnes, geléias etc. Segundo o Sr. Antônio a agroecologia era transversal a todos os setores, com técnicas e manejos estimulados para cada situação. Nessa Fundação, além de trabalhar, ele também estudará e terá contato, portanto, com essa temática em período eminentemente anterior ao acampamento.

assentados no período de acampamento e assentamento: a) socializados em uma ambiência socioecossistêmica como filhos de pequenos proprietários rurais num contexto de plena modernização da agricultura, passam a sofrer com a assimetria de poderes materializados na apropriação privada dos recursos produtivos (como a terra) e no mercado (no âmbito da concorrência intercapitalista), condicionando níveis de privação material e simbólica considerados indignos. Por outro lado internalizam princípios relacionados com a lógica da lucratividade, alteram-se as noções de tempo e os próprios sistemas socioculturais – e conhecimentos associados tendem a ser ressignificados remodulando desejos e carências; b) dado um campo de possibilidades de reprodução socioeconômica, determinada inicialmente pela sua posição social e pelas tentativas frustradas naquela direção, a luta pela terra passa a ser considerada como possível. A adesão pode ser devido ao estado de insatisfação anterior ao acampamento e ao acúmulo de vivências em que se buscou preservar, restabelecer ou conquistar condições dignas de vida; c) a visão que ganha destaque em suas entrevistas e passa a ser mobilizada sob a perspectiva de conquistar um lote de terra próprio é aquela relacionada ao progresso socioeconômico, mais associado ao dar melhor condições de vida à família do que a ficar rico. Se nossa interpretação estiver correta seria um equívoco considerar que a postulação de um lote de terra próprio – privado – e o anseio de acúmulo de capital ocorram devido a um desejo de se tornar capitalista, ficar rico.

A partir dessas considerações, a seguir estaremos centrando as observações naqueles eventos relacionados mais diretamente com as questões produtivas e a temática da agroecologia no período do acampamento.

Com efeito, o período vivenciado no acampamento possibilita várias experiências de vida anteriormente estranhas aos agricultores. De acordo com as entrevistas, as divisões de tarefas nas

brigadas tinham o objetivo de garantir as mínimas condições de convivência coletiva e os núcleos organizativos discutiam temas variados como política, gênero, saúde e produção. No contexto do acampamento, a realização de marchas ou ocupações torna-se uma possibilidade do presente. Do mesmo modo, ocasiona represálias por grupos armados a mando dos grandes proprietários de terra e enfrentamentos com a polícia (Caldart, 2000). Se considerarmos, como temos argumentado, que na atribuição de sentidos realizada pelos indivíduos (sem-terra) às vivências de eventos até então inusitados opera uma ordenação cultural que se internalizou como *habitus*, teríamos que admitir a possibilidade de diferentes significações para os eventos da luta pela terra. Nesse sentido, o *habitus* realizaria um balizamento da consciência na medida em que abriria – e, portanto, forçosamente também limitaria – um campo de opções aceitáveis, sancionando certas formas de raciocínio como razoáveis em detrimentos de outras. Nesta ordem interpretativa seria correto afirmar que o *habitus* – os valores familiares herdados dos pais, reafirmados ou redimensionados na vivência particular de cada um – configura um tipo de receptividade às experiências e idéias vivenciadas neste contexto. O *habitus* estaria associado assim a uma visão de mundo que orienta a atribuição de sentidos. A práxis dos indivíduos – ou seja, as ações empreendidas – articula e ordena o conjunto de experiências intencionais ou espontâneas experimentadas e as reflexões desenvolvidas. O *habitus* tornar-se-ia a referência da práxis, sobre o qual ela também agiria. Assim, quanto mais intencionais fossem as práticas, maior seria a possibilidade de ressignificação do próprio *habitus*. Os agricultores-assentados com as disposições sociais consideradas na seção anterior tenderiam, então, a reagir e a interagir com as novas experiências identificando primeiramente a fragilidade material de sua posição na sociedade e as causas sociais de tal situação. As palavras do Sr. Pedro, na entrevista realizada, apontam nesta direção:

Lá eu vi quanto o pobre é oprimido e o que existe de terra por aí só com boi em cima. Então eu queria mudar isso, sentia vontade de (...).

A fala perpassa a construção de uma identidade coletiva entre pobres e oprimidos devido às situações semelhantes de precariedade material opondo-se a quem atribuem ser os causadores de tais privações; aspectos que também estão presentes nas falas de outros entrevistados. Essa sensibilidade à “descoberta” da fragilidade de sua posição social, de inimigos a serem enfrentados, assim como da unidade da categoria de sem-terra, é o ponto crucial que age abrindo uma disponibilidade para a ação política e os leva a assumir posições de direção no acampamento, participar em frente de massas²³ e realizar cursos de formação política e agroecologia.²⁴

Os agricultores-assentados aqui considerados são de dois acampamentos e neles permaneceram em torno de dois anos. A

²³ A chamada frente de massas pode ser comparada com comissões de acampados ou dirigentes liberados pelo MST para realizar visitas às parcelas mais empobrecidas da população (pequenos agricultores, população de periferia das cidades etc.) e convidá-las para fazer parte da luta pela terra em acampamentos e mobilizações.

²⁴ Na análise de outras trajetórias sociais, como de agricultores-assentados que foram meeiros, ex-pequenos agricultores acima de 30 anos de idade com família e empregados agrícolas, percebe-se que também há uma identificação de que o latifúndio seria o “inimigo” e responsável por uns terem muito e muitos terem pouco. No entanto, as reações às experiências da práxis coletiva são qualitativamente diferentes: os discursos dos dirigentes do MST tendem a ser tratados com ceticismo (como a produção coletiva e a orientação sobre o que deveria ser cultivado no lote) e a conquista de seu lote aparece como valor maior e objeto principal da luta. Essa identificação corrobora com aquelas realizadas por Gaiger (1994a). Segundo esse autor, a práxis coletiva ampliaria aquelas diferenças socioculturais motivadas por diferentes trajetórias anteriores ao acampamento.

permanência nos cursos de agroecologia teria sido de dois meses, intercalado com período de vivência, seguidos de outros dois meses de curso para o Sr. Pedro e o Sr. João. Para o Sr. Ricardo e o Sr. Antônio o curso teria durado em torno de um ano e oito meses, sendo intercalado por dois meses de aula e dois meses de vivência em assentamentos ou acampamento. A participação nos cursos de agroecologia teria ocorrido por dois motivos: a) necessidade de realizar o debate sobre a produção no acampamento, uma vez que fazia parte das atribuições do dirigente do acampamento, juntamente com dirigentes estaduais do MST; e b) motivações estimuladas por visitas realizadas em assentamentos e cooperativas que estariam desenvolvendo a produção coletivizada e/ou agroecológica.²⁵ A partir das entrevistas foi possível identificar que o Sr. Pedro e o Sr. João realizaram o curso de agroecologia no município de Caçador (SC) e o Sr. Ricardo e o Sr. Antônio no de Braga (RS) na Fundep.

A análise das entrevistas aponta para a compreensão de que os significados atribuídos à participação nos cursos de agroecologia estariam relacionados a certo prestígio social proporcionado pelas tarefas de coordenar e dirigir atividades no acampamento, bem como à ampliação das possibilidades de reprodução econômica nos lotes, com a afirmação de seus projetos de futuro e geração de novas carências e desejos.

Nesse contexto, os conhecimentos adquiridos e relacionados com a agroindustrialização, com controle de pragas e plantas “invasoras” a partir de métodos sem o uso de agroquímicos, produção comercial de produtos orgânicos e venda desses produtos em pequenos circuitos nas cidades onde esses cursos foram realizados, conforme declarado pelos agricultores-assenta-

²⁵ Dentre os assentamentos e cooperativas citados nas entrevistas destacam-se: o assentamento Nova Santa Rita, localizado na região metropolitana de Porto Alegre, e as cooperativas ligadas aos assentamentos do município de Sarandi, Coopstar e Coanol.

dos, tendem a ser por eles incorporados, conformando referências produtivas comerciais para além daquelas adquiridas nos processos de socialização quando estavam nas casas de seus pais, relacionados com o cultivo de cereais (soja, milho e feijão, principalmente). Contudo, pode-se sugerir que se estes cursos valorizam dimensões dos conhecimentos adquiridos pela tradição, contrapondo-se a desvalorização realizada pela modernização da agricultura, o fazem num patamar de reinseri-los como alternativas possíveis para a acumulação de capital econômico.

No entanto, deve ser destacado que este processo vivido no período de acampamento não somente evidencia outras possibilidades de reprodução econômica, mas também conforma política e culturalmente os indivíduos a assumirem postos de direção do assentamento, da cooperativa ou outro. Some-se a isso, sentimentos de dívida com para o movimento, como declarado pelo Sr. Antônio, que são acionados quando se julgar necessário desprendimento para assumir aquelas tarefas.

Nesse sentido, a luta pela terra conforma um modo de pensar em movimento, como reflexo de questionamentos e transformações de *habitus*, de assimilação de novas referências que implica uma revisão nas formas de pensar e agir. Um processo que poderá ser aprofundado ou relativizado, dependendo do contato com as novas práticas sociais, políticas e econômicas gestadas na luta sobre a terra. Neste sentido, portanto, trata-se de um processo em andamento, aberto, cuja complexidade e possíveis desdobramentos justificam os esforços que aqui se tem empreendido na perspectiva de entender a cultura como um conjunto de referências incorporadas e como um senso em movimento que se modifica à medida que os agricultores-assentados descortinam horizontes, (re) constroem novos cenários de futuro e deparam-se com novas experiências.

As trajetórias sociais e a *agroecologia* no assentamento

A conformação social do assentamento rural é um momento da luta pela terra que marca uma nova fase na vida das pessoas envolvidas. Abre a elas um novo mundo e novas possibilidades de realização de segundas chances. Do acampamento ao assentamento das famílias há um momento de tensão e disputas que não será tratado aqui e que legitima uma dada distribuição dos lotes. Posteriormente há a sistematização e a legitimação do plano de um assentamento, que regra geral já toma por pressuposto a distribuição dos lotes e a localização espacial das famílias, a identificação do que seria produzido e de como organizar a produção. A elaboração do plano do assentamento pode ganhar uma dimensão consistente de discussões políticas sobre o destino das pessoas envolvidas, ou assumir uma forma mais burocrática, de atendimento das exigências do Incra e das fontes de financiamento. Tanto em um pólo como em outro, um amplo leque de arranjos produtivos são possíveis. Todas as possibilidades de interação com vistas à elaboração do plano, no entanto, defrontam-se com fatores estruturais, conjunturais, objetivos e subjetivos inerentes a este tipo de formação social.

Para o que nos interessa no momento, o espaço social do assentamento é onde tende a exacerbarem-se as contradições entre o interiorizado como *habitus* nas trajetórias anteriores (valores, visões de mundo e saberes) e as condições físicas e sociais da região onde o assentamento está localizado, as diferenças específicas de cada lote produtivo, coletivo ou familiar, as instituições de crédito, assistência técnica, redes mercantis, dentre outras. No assentamento as diferenças socioculturais dos assentados ganham uma maior visibilidade, podendo-se falar em heterogeneidade de trajetórias e origens sociais, onde valores e desejos dos agricultores-assentados tendem a tornar-se visíveis em diversas dimensões das disputas internas entre os assenta-

dos.²⁶ Esse contexto tende a configurar uma nova ambiência socioecossistêmica onde os agricultores-assentados irão construir suas vidas e acionar um conjunto de conhecimentos adquiridos e redes de relações sociais interna e externamente ao assentamento para tentar materializar seus projetos, sonhos e desejos.

Neste contexto, as atribuições de sentidos aos eventos desta nova ambiência fazem parte dos processos de construção da(s) realidade(s), onde a consolidação de um sentido comum constrói uma hegemonia social, que se afirma, legitimando atores sociais e pessoas, técnicas e projetos, ao mesmo tempo que age desqualificando outros. A participação do agricultor-assentado nestes processos, a nosso ver, implica a busca de significação que toma como dado o seu lote específico, sua localização e fertilidades, a dinâmica social de sua família, enfim o ambiente socioecossistêmico de seu lote, do assentamento e da própria região. Cada agricultor fala de um lugar socioecossistêmico específico e age prioritariamente neste lugar: esta seria a ordem de sua autonomia relativa na dinâmica complexa do assentamento. Para facilitar, trataremos tais relações sociais de interdependência social, institucional e ecossistêmica com sendo a ambiência, da unidade familiar, do assentamento e da região. Tais ambiências contêm elementos de cooperação e disputas que representam diferenciais de poderes, seja entre os membros da família, entre os assentados, seja na região. É nesta ambiência que cada um atualiza seu passado, presentifica seus sonhos de futuros e age nos diversos espaços sociais, como aqueles relacionados às atividades produtivas. É neste sentido que podemos argumentar que as ações são e estão integradas em um modo de vida e não apenas em um modo de produção.

²⁶ Sem sombra de dúvida, o local onde estas diferenças mais florescem são os chamados coletivos de produção. Ver Ferrante (1994); Bergamasco e Ferrante (1994); Paulilo (1994); Medeiros e Leite (1999); Scariot (2002); Anjos (2005); entre outros.

No Assentamento Ceres, de modo geral, as condições que ocupam no ambiente socioecossistêmico do assentamento são por eles consideradas como melhores que as situações e condições anteriormente vividas.²⁷ As condições ecossistêmicas e simbólicas da antiga Granja Ceres, incluídas a infra-estrutura construída e a imagem de uma granja moderna, tornava o assentamento o sonho: a *menina dos olhos* dos sem-terra no estado, nas palavras do Sr. Pedro. Contudo, apesar de importante, essas questões não serão diretamente tratadas a seguir. Nossa abordagem visa tornar visível a dimensão da prática produtiva e simbólica da agroecologia no Assentamento, inicialmente destacando a tensão entre a produção sojícua e a experiência agroecológica.

Dessa forma, deve ser considerado que a ambiência do Assentamento Ceres é parte componente da ambiência da região do planalto médio Rio-Grandense. Neste contexto, Silva Neto e Basso (2005a) destacam que desde a década de 1960, a região experimenta uma expansão da área de terras cultivadas com a cultura da soja e uma conseqüente diminuição da área ocupada com outras atividades, como bovinocultura extensiva e ovino-cultura. Nessa direção, Gubert e Basso (2005) destacam que o município de Jóia possuía, na safra 1996/1997, 47.000 ha plantados com a soja, ano em que as famílias sem-terra são assentadas no Assentamento Ceres. Oito anos depois, na safra 2004/2005, segundo registram os autores, foram 75.000 ha cul-

²⁷ A partir da análise das entrevistas foi possível perceber comparações realizadas pelos agricultores-assentados entre a situação anterior e a atual como, respectivamente: terra fraca x terra forte; terra de pedregulho x terra sem pedregulho; terra de ladeira x terra plana. Também consideram como boa a oferta de água por meio de nascentes e riachos nos lotes, assim como de madeira em matas nos próprios lotes ou próximo destes. Quanto à percepção de proximidade a centros urbanos, tende a ser mais diversa, mas, de modo geral, os significativos “é muito longe”, “longe demais” ou assemelhados não foram citados nas entrevistas ou nas conversas do cotidiano presenciadas pelo autor.

tivados com a mesma cultura. A diminuição da área ocupada com bovinocultura extensiva e ovinocultura poderia ser avaliada pela diminuição do número de cabeças desses rebanhos, respectivamente e entre os mesmos períodos: de 53.000 para 40.000 e de 26.000 para 10.000. Portanto, o Assentamento Ceres é formado em uma região e em um período onde há a expansão da cultura da soja como atividade comercial entre os proprietários rurais do município, exercendo influências diversas na vida do conjunto dos agricultores-assentados.

Desse modo, ganhou força a percepção entre os agricultores-assentados de que a soja seria a melhor opção produtiva como fonte de obtenção de renda monetária. Os dados de campo permitem-nos identificar duas motivações objetivas para tal compreensão: a) para a realização dos primeiros cultivos no assentamento, de modo geral, os agricultores-assentados contrataram os agricultores vizinhos para tais plantações, haja vista que os primeiros ainda não haviam recebido os créditos para aquisição de animais, máquinas e equipamentos. Sugere-se que esse contato mais estreito entre agricultores tenha reforçado a perspectiva de desenvolver a soja no assentamento;²⁸ b) devido à cooperativa do assentamento, formada em 1997, que procurava restabelecer o tambo (estábulo) leiteiro deixado pela antiga proprietária, não ocupar toda sua área de 200 ha com cultivos para este fim, o que a levou, para não deixar uma parte dessa área sem nenhum cultivo, a adquirir máquinas, equipamentos e insumos para a plantação de soja. Essas duas questões objetivas ganham força simbólica nas dinâmicas daquelas ambiências, podendo ser vistas por três significações subjetivas identificadas nas entrevistas e na vivência com o conjunto dos agricultores-assentados; na ambiência do assentamento: a) havia a cren-

²⁸ Infelizmente, essa argumentação não poderá ser desenvolvida por questões de tamanho do artigo, mas registra-se que vários agricultores-assentados fizeram declarações comentando essas relações.

ça de que a cultura da soja os faria melhorar de vida; b) de que não haveria necessidade de muito trabalho; e, c) se a cooperativa, que era a referência produtiva dos agricultores-assentados, estava investindo em soja, deveriam também investir na soja.

Com efeito, no decorrer dos anos seguintes outros três acontecimentos foram determinantes para as alterações dos sistemas produtivos dos agricultores-assentados (para o caso daqueles que iniciaram a produção agrícola baseada em produtos agroecológicos, como o Sr. João) e na afirmação das idéias de que o cultivo da soja traria progresso socioeconômico: a) em agosto de 2001 é diagnosticado um foco de febre aftosa nas divisas do assentamento, sendo incluído nas práticas de desinfecção que previa o abate de todos os animais.²⁹ Como forma de ajudar os agricultores-assentados atingidos, o governo estadual (gestão: Frente Popular) indenizou os abates e forneceu auxílio financeiro à alimentação das famílias, patrulhas agrícolas e insumos (como sementes) para que fosse realizado o cultivo das terras. Isso provocou uma diminuição dos custos intermediários na plantação desta cultura, ampliando as margens de lucro; b) a partir de 1998, o preço médio da saca da soja sofre aumentos progressivos até meados de 2004 (Bentevi, 2006); c) a introdução da soja transgênica no assentamento que prometia diminuir os custos de cultivo e aumentar a produtividade. Estes três acontecimentos fortalecem aquela percepção de que a soja faria os agricultores-assentados melhorar de vida,³⁰ o que em muitos

²⁹ A febre aftosa é uma doença infectocontagiosa causada por vírus da família *Picornaviridae*, gênero *Aphthovirus*. A forma de controle da doença é o abate de todos os animais de casco fendido (bovinos, suínos, ovinos e caprinos), sendo implantado o chamado vazio sanitário. A entrada de novos animais se dá de forma progressiva depois de, em média, seis meses a um ano.

³⁰ Por mais vaga que seja essa expressão decidiu-se mantê-la por ser amplamente usada pelos agricultores-assentados e porque denota, de

casos representou tornar o quintal das casas também em lavou-
ras de soja.

Contudo, no decorrer dos nove anos do assentamento houve recomposições produtivas entre os agricultores-assentados aqui considerados, não correspondendo necessariamente ao mesmo período temporal e tendendo a ocorrer de forma diferenciada. Dessa forma, ganham relevância as situações e conjunturas vividas em cada ambiência vivida pelos agricultores, mesmo que se possa afirmar que, com a diminuição do preço da saca de soja a partir de 2004, acentuaram-se aquelas recomposições, principalmente para aqueles mais frágeis no processo competitivo da soja. Assim, passamos a analisar separadamente a seguir as trajetórias produtivas específicas dos quatro agricultores-assentados. Entretanto, vale a pena destacar que o que se segue não foi declarado explicitamente pelos agricultores-assentados. A análise e a compreensão só foram possíveis ao pesquisador após a exploração de algumas questões relacionadas com as entrevistas e em conversas informais, em situações do cotidiano.

A trajetória produtiva do Sr. Ricardo

Esse agricultor-assentado não integrou inicialmente os coletivos de produção, pois, de acordo com sua entrevista, queria conhecer os vizinhos, haja vista que na maior parte do período do acampamento teria realizado o curso sobre agroecologia da Fundep. Contudo, nos dois primeiros anos teria trabalhado junto com outro ex-aluno da Fundep que morava próximo de seu lote, e, porque ainda era solteiro portanto, não dispunha de mão-de-obra de grupo familiar. Dessa forma, e inserido em uma conjuntura de valorização das idéias do cultivo da soja, irá viver

uma forma geral, um desejo de melhorar materialmente; mesmo que formas e conteúdos possam ser diferenciados e diversos a partir das referências internalizadas do que seja digno ou não suportar como condição para melhorar de vida.

esse período como sendo de convicção sobre a centralidade da soja como melhor opção na geração da renda monetária. Segundo sua entrevista:

Quando a gente chegou aqui e viu que a terra era mais plana, para quem era acostumado nas ladeiras, e ao redor plantavam a soja, foi o que a gente fez. Plantava milho também, mas para o gasto. O pessoal dizia que a soja era a saída aqui na região porque ao redor aqui no assentamento só tem granjeiros, de médio para grande. Então era soja que nós via e era aquilo que nós queria plantar, até mesmo a Coopervida que seria nossa referência tinha trator tracionado, plantadeira grande, até começou nos primeiros anos a comprar veneno e semente e vender para nós. Então aquilo já era um incentivo para nós plantar soja. Então a gente deixou de lado um pouco aquela cultura que trazia dos pais e o que tinha aprendido lá na Fundep. (...) A gente tinha a idéia de plantar soja. Mesmo o galpão foi feito mais alto porque a gente tinha idéia de comprar trator, máquina colheitadeira.

Nessa declaração pode-se perceber com nitidez a força de coerção e convencimento exercida pela estrutura produtiva (objetiva e subjetiva) regional, revelando diferenciais de poderes onde os granjeiros e a Cooperativa são as referências do melhor padrão produtivo. Neste contexto, a soja e seu padrão tecnológico são as expressões do poder hegemônico regional, tendendo essas percepções a ser internalizadas pelo agricultor-assentado, orientando suas ações. Começa a pensar e agir a partir daquela influência regional e, também, porque a Cooperativa do assentamento havia incorporado, até certo ponto, aquela matriz de produção. Se o pessoal, os granjeiros e a Coopervida plantavam soja, uma espécie de senso comum se desenvolvia no sentido de também plantar soja e mecanizar o lote, pois já havia até mesmo construído um galpão mais alto para colocar as máquinas.

Contudo, a formação do grupo familiar no ano de 2000 começa a provocar alterações na sua estratégia produtiva. Passa a constatar que a renda obtida com o cultivo da soja era pequena e

não atendia as carências do grupo familiar, mobilizando aqueles conhecimentos obtidos na Fundep como forma de diversificar as fontes de renda, primeiro em direção à atividade leiteira e posteriormente à avicultura, à horticultura e aos produtos semi-processados, como compotas e derivados de cana-de-açúcar. Assim, com a formação da família vieram mais gastos e a renda da soja uma vez por ano já não dava mais. Isso o teria estimulado inicialmente a investir na atividade leiteira, tendo seus planos interrompidos em 2001, devido à febre aftosa provocar o abate de todos os seus animais. A partir de 2002, teria começado a reposição dos animais leiteiros como forma de complementar a renda obtida com a produção de soja. Contudo, em virtude da à frustração de sua safra no ano de 2003, teria decidido mudar da soja para o leite e começar a constituir outras experiências de obtenção de renda vendendo pequenas coisas na cidade como aves, alho e cebola. A soja teria se tornado uma atividade produtiva muito insegura. Esse redimensionamento das atividades produtivas teria sido seguido por um redirecionamento dos créditos obtidos com o Pronaf para o investimento em outras atividades, que não a soja. Entretanto, no ano de 2004 o governo federal, através do Ministério da Agricultura, ameaça lançar uma normativa para disciplinar a atividade leiteira que tenderia a excluir pequenos produtores do mercado, chamada Normativa 51.³¹ Essa conjuntura, juntamente com a diminuição do preço da saca da soja ocorrida em meados daquele mesmo ano, teria estimulado a formação de um grupo coletivo com outros dois agricultores-assentados vizinhos e uma ampliação da atividade leiteira, com utilização conjunta de instalações, investimentos e planejamento da área do lotes. A atividade leiteira tornava-se

³¹ De acordo com Silva Neto e Basso (2005b: 60), a Normativa 51 imporia uma série de exigências para forçar a incorporação de máquinas e equipamentos na atividade leiteira e que poderia excluir cerca de 50.000 produtores de um total de 80.000 no Rio Grande do Sul.

nesse período o carro-chefe da composição das rendas monetárias.

No entanto, novamente as atividades produtivas passariam por redefinições quanto à principalidade assumida na composição da renda familiar. Devido à percepção do alto custo de produção da atividade leiteira, volta-se para outras atividades e produtos agroecológicos como havia estudado na Fundep e observado nos estágios realizados na Coopitar e Coanol a partir da comercialização de pequenos produtos nas cidades próximas. De acordo com sua entrevista, da atividade leiteira realizavam-se uns R\$ 3.000,00 por mês, mas no final das contas às vezes sobravam R\$ 300,00 reais para cada um dos três agricultores-assentados que trabalhavam no grupo coletivo, sendo o restante despendido em gastos intermediários. Assim, a centralidade de sua estratégia produtiva passa, a partir de meados de 2005, a ser caracterizada como diversificada, composta por aves, suínos, derivados de cana-de-açúcar, compotas de diferentes frutas, produção de mudas de árvores frutíferas e horticultura, além da atividade leiteira que estaria tornando-se secundária. Os produtos eram vendidos na cidade de Jóia, começando por pequenas entregas e expandindo a comercialização. De acordo com sua declaração: “Na verdade eu sempre pensei nisso. Veio aquela febre da soja e dei uma esquecida, mas agora isso volta com força”. Ou seja, com a desvalorização do preço da soja, com o enfraquecimento das idéias de que ela promoveria uma melhora socioeconômica com pouco trabalho e com a formação do grupo familiar, esse agricultor-assentado reatualiza os antigos projetos e passa a desenvolver uma produção baseada nos conhecimentos agroecológicos adquiridos na fase de acampamento.

A trajetória produtiva do Sr. Pedro

As questões e contradições relacionadas com o ambiente regional de ampliação do cultivo da soja também irão aparecer no grupo coletivo em que o Sr. Pedro integrou e que foi extinto em final de 1999. Esse grupo era inicialmente formado por 29 famílias, baixando para 13, depois para sete, e depois se extinguindo por completo, sendo dividido em unidades produtivas individuais. Naquele ambiente de valorização da cultura da soja, as idéias de seu cultivo tornam-se hegemônicas no interior do grupo coletivo. Contudo, as contradições com relação aos debates sobre as estratégias produtivas materializavam-se em divergências em torno dos destinos a serem dados aos créditos financeiros acessados através do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (extinto Procerá):

Quando a gente começou a mexer com o crédito é que [o grupo coletivo] acabou se dissolvendo, porque na visão de uns o crédito tinha que ser usado para fortalecer o debate que nós fazíamos no acampamento, baseado nos princípios do movimento, da produção ecológica; outros achavam que tinha que plantar soja, comprar máquinas (...).

Assim, os projetos idealizados anteriormente são confrontados com outras formas de pensar e de organizar a produção: entre o debate que era feito no acampamento, da produção ecológica ou plantar soja e comprar máquinas. Neste caso, esta poderia ser a principal expressão daquela situação regional e da referência simbólica desenvolvida pela Cooperativa do Assentamento, quando passa a investir no cultivo da soja.

Entretanto, no ano de 2000, assume a diretoria da Coopervida e vai morar com sua família (formada por esposa e filho) na sede do assentamento, desenvolvendo em seu lote: bovinos de corte e soja, segundo ele, por exigirem menor cuidado cotidiano e porque havia se convencido de que essa seria a melhor estratégia produtiva como forma de auferir renda monetária. Com e-

feito, essas idéias teriam se fortalecido durante sua permanência na Cooperativa, circunstanciadas pela conjuntura da febre aftosa. Contudo, a volta para o lote no ano de 2002, marca um período de crise que força a redefinição de suas estratégias produtivas e fontes de obtenção de renda.

Essa crise teria sido vivida como a crise do grão, numa referência à insuficiência de renda monetária gerada pela soja e aos endividamentos financeiros que o impediram (e ainda o impedem) de acessar os créditos do Pronaf. Neste contexto, mesmo em uma ambiência de plena valorização da soja, a possibilidade de arrendar o lote como já faziam alguns de seus vizinhos tornava-se uma das alternativas à referida crise. No entanto, o compromisso com o movimento³² e construir um projeto de vida em cima do lote teriam impedido essa decisão. Assim, para o Sr. Pedro e sua esposa o endividamento e a conseqüente impossibilidade de acessar os créditos do Pronaf desencadearam a retomada das idéias de desenvolver produtos agroecológicos. Registra-se que essa compreensão foi possível ao pesquisador após a exploração de outras informações referentes à vivência do cotidiano com o casal de agricultores-assentados. Os motivos que primeiro foram acionados na entrevista estão relacionados com o gostar de trabalhar na terra, de ver as plantas crescerem, com o respeito ao meio ambiente e à saúde humana. Não se nega que esses valores sejam estimulados com o desenvolvimento da agroecologia. Mas, a partir do conjunto de informações obtidas não é possível afirmar que esses tenham desencadeado o processo de ecologização, se não aquele relacionado com o endividamento e a impossibilidade de acessar o Pronaf.³³

³² O Sr. Pedro refere-se ao Movimento dos Sem-Terra e suas orientações políticas formuladas em encontros.

³³ Destaca-se que os outros agricultores-assentados também manifestaram argumentações semelhantes durante as entrevistas.

Para esse casal de agricultores-assentados o projeto de vida que sonham em construir em cima do lote seria circunstanciado pelo desejo de se estabilizar economicamente e não correr mais o risco de ter apenas uma safra por ano, como era com a soja. Dessa forma, para o casal, a idéia foi fazer de forma agroecológica de tudo um pouco e vender de tudo um pouco. Note-se que as referências atualizadas em momentos de crise de reprodução social em torno das alternativas produtivas e de obtenção de renda monetária são aquelas vivenciadas durante os cursos de agroecologia no período de acampamento com assessores do MST. No contexto da produção agroecológica por eles desenvolvida, quando indagados sobre como era o processo de comercialização, o Sr. Pedro irá responder: “É que quando eu era da Coopervida eu conheci muita gente na cidade, depois foi só oferecer (...), muitos vêm aqui comprar, para outros a gente leva na casa”. Dessa forma, tem-se que considerar que a posição ocupada de dirigente da Cooperativa lhe proporcionou acionar outros meios de relações pessoais que permitiu o desenvolvimento de tal estratégia produtiva. De uma forma mais detalhada, essa estratégia comportaria: o leite - por obter pagamento mensal, como o seguro da renda, a chave da questão derivados de cana-de-açúcar - que permitiria fazer em um hectare o equivalente a 8 ha de soja - aves, suínos, amendoim, batata-doce, cebola e alho.

De acordo com sua entrevista, esta perspectiva produtiva teria sido reforçada pela conjuntura de desvalorização do preço da saca de soja a partir de 2004, potencializando estratégias mercantis para comercializar em outros municípios, como Ijuí e Santa Maria.

A trajetória produtiva do Sr. João

Quando houve a entrada dos sem-terra no Assentamento Ceres no início de 1997, o Sr. João integrava um grupo coletivo onde,

apesar das idéias que “corriam” o assentamento de que a soja seria a melhor atividade produtiva a ser desenvolvida, as atividades agrícolas com produtos agroecológicos e a atividade leiteira iniciaram já em 1998. Esse grupo coletivo, formado inicialmente por nove famílias se desestruturará parcialmente no ano de 1999, permanecendo apenas três famílias trabalhando de forma coletivizada, sendo os três homens irmãos, entre eles o Sr. João.³⁴ É importante ser destacado que esse agricultor-assentado constituirá seu grupo familiar um pouco antes de ir para o acampamento. Assim, o contexto do período de luta pela terra e os cursos de agroecologia realizados promoveram a abertura de segundas chances ancoradas em alternativas produtivas diferenciadas daquelas internalizadas como possíveis na socialização anterior - com seus pais - baseada em cereais como milho, trigo, feijão e soja. Esses “novos” conhecimentos e os contatos adquiridos e construídos nesta fase são alçados como constituintes das estratégias produtivas nos primeiros anos de assentamento. De acordo com sua declaração:

(...) a partir dos cursos que eu tive no acampamento a gente já chegou para trabalhar sem... nem pensar em plantar soja! Nós chegamos com a nossa mente formada que iríamos trabalhar com leite e produtos agroecológicos.

Nesse sentido, a assessoria técnica do assentamento ajudou na elaboração de projetos e planejamento da produção, sendo que em 1998 teriam plantado 13.000 covas de melão, melancia, abóbora coroa, abóbora menina, amendoim e batata-doce, tudo eco-

³⁴ Neste caso, a partir de sua entrevista e outras informações obtidas na vivência com os agricultores-assentados, o principal motivo para a desagregação do grupo coletivo estaria relacionado diretamente com as divergências sobre o dimensionamento da jornada de trabalho e indiretamente com o cultivo da soja, já que essa última exigiria uma menor quantidade de trabalho, quando comparada com a produção de produtos agroecológicos.

lógico. Segundo sua declaração, isso representaria em torno de 2 ha plantados, totalizando R\$ 39.000 comercializáveis.³⁵ A comercialização estaria acertada no município de Santa Maria através do projeto Co-Esperança e da organização não governamental Cáritas/Brasil do referido município.³⁶ A partir dos contatos realizados com essa entidade teriam sido elaborados projetos para a construção de uma agroindústria (beneficiadora de produtos de origem animal e vegetal) e um moinho na área de seu grupo coletivo.³⁷ Esses canais de comercialização e contatos o Sr. João teria construído durante o curso realizado sobre agroecologia no município de Caçador/SC, durante o período de acampamento. No entanto, em razão de uma série de problemas e imprevistos, como estiagem prolongada durante a fase de floração das culturas agroecológicas, a não-aprovação de um projeto de irrigação e a falta de disponibilidade de transporte pela Cooperativa do Assentamento que havia ficado responsável por tal processo, a área plantada com produtos agroecológi-

³⁵ Segundo sua declaração, esse valor seria atingido se vendessem a R\$ 0,50 a fruta, fazendo uma média de seis frutas por planta.

³⁶ A Cáritas Brasileira faz parte da Rede Caritas Internationalis, rede da Igreja Católica de atuação social composta por 162 organizações presentes em 200 países e territórios, com sede em Roma. Organismo da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, foi criada em 12/11/1956 e é reconhecida como de utilidade pública federal.

³⁷ Esses dois projetos já teriam sido aprovados pela Cáritas/Brasil, mas exigiriam, no entanto, a construção de uma microusina hidrelétrica para fornecimento de energia. Recursos financeiros que foram conseguidos a fundo perdido e vieram através de um programa do Banco Interamericano de Desenvolvimento, com mediação de professores e técnicos da Universidade de Ijuí/Unijuí e Companhia Estadual de Energia Elétrica/RS. Essa microusina foi construída em 2002 num riacho que faz divisa com seus lotes; no entanto, uma das paredes da barragem caiu devido a uma forte chuva no final do mesmo ano. Até a data da entrevista concedida ao autor a barragem não havia sido reconstruída.

cos diminuiria em 1999 e em 2000, quando estariam começando a pensar na possibilidade de investir na soja, já que todo mundo só falava na soja, conforme sua declaração.

Nessa direção, com a conjuntura da febre aftosa em 2001 e a colheita de uma boa safra de soja em 2002, o Sr. João e seus irmãos investiram o capital acumulado na compra de máquinas e equipamentos agrícolas com a idéia de investir nessa cultura produtiva. Segundo sua entrevista, a introdução da soja transgênica teria reforçado as esperanças de melhorar de vida, devido aos aparentes baixos custos de produção. Dessa forma, por ser a soja a salvação da lavoura, em 2004 arrendaram 120 ha de terra num município próximo, vendendo antecipadamente todos os animais leiteiros para pagar a renda da terra aos proprietários. No entanto, nesse ano teria ocorrido uma estiagem e as lavouras de soja sofreram perda total. Esse evento marca o retorno das idéias de cultivar produtos agroecológicos, juntamente com a conjuntura de diminuição do preço da saca de soja.

Assim, o Sr. João, depois da frustração de perder a safra de soja na área arrendada de 120 ha e ficar endividado com as empresas agropecuárias do município, retomará os antigos projetos de agroindustrialização e produção ecológica, agora com idéia de vender diretamente na região metropolitana de Porto Alegre. Segundo sua entrevista, o problema teria sido a bobeira dos anos anteriores, referindo-se às decisões de plantar soja, porque o grupo coletivo desde o início do assentamento tinha idéia de plantar miudezas para vender e mexer com comércio. Assim, um novo *peitão* para subir na vida e ter uma vida de cidadão seria realizado com o estabelecimento de um dos irmãos na região metropolitana, onde os demais, juntamente com alguns vizinhos, produziram e transportariam os produtos.³⁸ Nesse

³⁸ Entre outros: derivados de carne de suínos, derivados de leite, mel de abelha e produtos diversos como batata-doce, mandioca, amendoim, melancia, melão, abóbora etc.

caso, o que permitiria a realização de tal estratégia de produção e comercialização seria o fato dos três irmãos trabalharem de forma conjunta.

A trajetória produtiva do Sr. Antônio

Esse agricultor-assentado virá para o Assentamento Ceres no ano de 2000, após a troca de lote em outro assentamento localizado na chamada Metade Sul do Estado.³⁹ A conjuntura que encontrou no novo assentamento foi de grande emulação da cultura da soja. Contudo, de acordo com sua entrevista, em 2001, também plantará soja no lote devido à febre aftosa ter causado o abate de seus animais leiteiros e pelo auxílio recebido do governo estadual. No entanto, nos anos seguintes a produção agroecológica teria acompanhado suas estratégias produtivas dentro de uma concepção de esmiuçar as rendas, ou seja, ter várias fontes de obtenção de renda econômica. Segundo sua declaração:

Quando eu cheguei era a febre da soja, o pessoal só pensava em soja, quer dizer, como a principal renda da propriedade, leite era em segundo plano e essas coisas mais pequenas nem falar (...). Tinha gente que dava risada de mim, porque trabalhava bastante (...). Mas eu pensava assim: e se der uma

³⁹ De acordo com sua entrevista os motivos para a troca de lotes teriam sido: a) no assentamento anterior a distância dos centros urbanos era muito grande, de Piratini 52km e de Pelotas 78km; b) devido às sucessivas frustrações com as atividades produtivas e com a (im) possibilidade de comércio; c) devido ao isolamento em relação a outras comunidades; d) porque seus pais estavam adoecidos e, portanto, queria vir mais para perto de seu local de origem. Deve ser destacado que esse agricultor-assentado participou dos mesmos acampamentos que os anteriores, mas teria sido sorteado para outra área; além disso, participou de um grupo coletivo de 16 famílias, desagregando-se no segundo ano do assentamento; por fim, após constituir grupo familiar teria, então, vindo para o Assentamento Ceres.

seca brava? Vamos perder tudo? Então, era esmiuçar as rendas, produzir um pouco de tudo e vender na cidade, principalmente em cima daquilo que eu tinha visto lá na Fundep, produção agroecológica. Aqui tudo o que tu produz tu vende, principalmente aqui na regional de Jóia. Até porque dá só 7 km do assentamento Ceres até a cidade de Jóia. Aqui deslanchou (...). Desse jeito a gente começou: com vaca e vendendo as coisas nos clientes certos na cidade.

Nessa declaração três questões são centrais: a) sua estratégia produtiva baseava-se na diversificação das fontes de renda pela insegurança de depender apenas da soja; b) como consequência resultava uma jornada de trabalho maior, que contrastava com a jornada de trabalho daqueles que possuíam a soja como a principal renda da propriedade; c) a percepção de proximidade com os centros urbanos permitia estratégias de comercialização, condição que não identificava no assentamento anterior (vide nota 42). Contudo, a questão central é perceber que o Sr. Antônio irá “buscar” as referências para o estabelecimento de tal estratégia produtiva e comercial no curso sobre agroecologia realizado na Fundep. Assim, as alternativas produtivas à soja podem ser atribuídas à exteriorização no assentamento dos conhecimentos adquiridos em período imediatamente anterior ao acampamento.⁴⁰

⁴⁰ Pode ser argumentado que o que também teria contribuído para o Sr. Antônio cultivar os produtos agroecológicos e diversificar as fontes de renda seria sua impossibilidade de acessar créditos agrícolas nos primeiros anos devido à “irregularidade provisória” da troca de lotes. Contudo, mesmo que possivelmente este motivo tenha sido componente em seu processo de decisão, não deslegitima a argumentação central nesse artigo de que os cursos de agroecologia realizados anteriormente ao assentamento podem constituir conhecimentos e referências importantes nas estratégias produtivas dos agricultores-assentados; pelo contrário, apenas reforça a hipótese aqui considerada uma vez que poderia, ao invés de produzir produtos agroecológicos,

Entretanto, o ano de 2005 começa a marcar certo afastamento das estratégias de produção agroecológica desenvolvidas até então. A participação nas instâncias de direção do Assentamento e da Cooperativa teria sido crescente desde sua chegada em 2000. Essas circunstâncias acabaram gerando uma situação de difícil recusa em termos de assumir cargos que exigiriam maior dedicação e desprendimento. “De acordo com seu depoimento: Chega uma hora que todo mundo te olha e diz: agora é com você. E aí, fazer o quê? (...). Hoje tudo o que eu adquiri foi graças ao movimento (...)” Dessa forma, a justificativa para tal comportamento expressa-se na identificação de que o pouco que se tem foi conseguido por uma luta maior, graças ao movimento. Nesse sentido, se há uma tendência de arrefecimento de participação na luta política para a grande maioria dos sem-terra, depois de conquistada a terra, para os quadros intermediários ela tende a ser encarada como desdobramento natural de um compromisso já interiorizado, seguidamente comprovado e reafirmado em outras frentes de ação, como na administração da Cooperativa e coordenação do Assentamento. No entanto, por trabalhar de forma individual no lote e assumir compromissos com a direção da Cooperativa, não possuiria condições de manter a estratégia produtiva anterior, desenvolvendo, assim, a atividade leiteira e sojícola como principais para obtenção de renda monetária.

Algumas conclusões interpretativas

Analizamos durante este texto as trajetórias sociais do Sr. Pedro, do Sr. Ricardo e do Sr. João de um conjunto de 17 agricultores-assentados que possuem atualmente sistemas produtivos diversificados, e do Sr. Antônio que já possuiu semelhante sistema produtivo, mas, no entanto, foi classificado à época da pesquisa

arrendar seu lote, como alguns de seus vizinhos fazem em momentos de crise econômica.

a campo como constituindo o de soja-leite. Procuramos destacar como a temática da agroecologia é incorporada em suas estratégias produtivas e desvendar quais foram as características sociais específicas adquiridas e internalizadas durante essas trajetórias que permitiram lançar mão de tais comportamentos no Assentamento Ceres, frente ao conjunto de circunstâncias específicas dessa formação social.

Argumentamos que para os filhos de pequenos agricultores, socializados em uma ambiência de plena modernização da agricultura, haveria uma centralidade de referências relacionadas com a monetarização e a lucratividade, como meio de reprodução social e constituição de grupos familiares. No entanto, impedidos da realização de tais desejos materiais e simbólicos devido à posição social ocupada no interior da estrutura de relações sociais na sociedade, acabaram identificando na luta pela terra uma possibilidade de atendimento de suas carências, constituindo alternativas de segundas chances. Nessa ambiência, a vivência dos eventos da luta coletiva e a identificação de sua posição social enquanto subjugados socialmente desenvolveram uma reação e interação que configurou uma práxis ancorada na luta política, integrando as frentes de massa e a direção de acampamento. A participação em cursos de agroecologia seria um dos resultados daquela práxis devido às suas responsabilidades de dirigente de acampamento (que deve realizar o debate sobre produção) e/ou ao prestígio social que tal posição lhe atribui. Dessa forma, as significações atribuídas aos conhecimentos adquiridos nesses cursos seriam no sentido de constituírem alternativas produtivas para a acumulação de capital econômico visando garantir um modo de vida, onde, ao mesmo tempo, reforça essa pretensão e amplia o escopo de desejos e carências internalizadas a partir das posições sociais de filhos de pequenos agricultores. Com efeito, a ambiência do acampamento e as diferentes interações na práxis coletiva atuam am-

pliando as diferenças socioculturais dos sem-terra, tendendo a expressarem-se no assentamento.

A incorporação das estratégias produtivas baseadas na agroecologia, já no início do assentamento, ocorreu apenas pelo grupo coletivo do Sr. João, em razão dos conhecimentos e contatos estabelecidos na fase do acampamento com o projeto Co-Esperança e com a Cáritas/Brasil. Nesse grupo coletivo, outras duas situações permitiram a materialização de tais experiências: uma hegemonia das idéias de desenvolvimento de produtos agroecológicos e, também, grupos familiares constituídos que permitiam uma maior oferta de mão-de-obra. A primeira situação não foi atingida pelo grupo coletivo do qual o Sr. Pedro integrava, sob hegemonia das idéias pró-cultura da soja. Já o Sr. Ricardo não apresentava inicialmente aquela segunda situação, por ser solteiro, impedindo-o, juntamente com a valorização da atividade sojícola, de desenvolver a produção agroecológica nos primeiros anos de assentado. Esse conjunto de características e situações vivenciadas pelo Sr. João, sua família e grupo coletivo, permitiu não aderir inicialmente à soja como fonte principal de obtenção de renda, o que, no entanto, inverteu-se por uma série de circunstâncias, como os problemas relacionados com o clima, a não-aprovação de projetos, o transporte dos produtos, a febre aftosa e a chamada febre da soja.

Entretanto, aqueles projetos de produção agroecológica voltam a ser acionados quando a renda econômica obtida com a cultura da soja passa a ser considerada insuficiente; seja devido à constituição do grupo familiar (como o caso do Sr. Ricardo), ao endividamento (casos do Sr. Pedro e do Sr. João) ou à diminuição do preço da saca de soja. Contudo, os sentimentos de dívida para com o movimento e a luta, em virtude da melhora das condições de vida, levam o Sr. Antônio a assumir postos de direção que exigem maior dedicação e, como consequência, uma

redução de sua jornada de trabalho no lote, alternado seu sistema produtivo em direção à soja-leite.

Nas análises das trajetórias destacamos em cada caso algumas particularidades vividas que informaram as recomposições das estratégias produtivas. No entanto, é possível identificar algumas situações transversais a todos os casos: no momento de constituição da família os projetos de diversificação produtiva são mobilizados, através de uma reação que identifica carências e desejos não atendidos; reação acionada pela composição sociocultural desses indivíduos, transformada em *habitus* numa dimensão socioistórica. Dessa forma, atribuir os comportamentos produtivos analisados unicamente às experiências políticas e produtivas do período de acampamento e recomposições socioculturais associadas reduz a dimensão compreensiva dos processos sociais. A visão ampliada do conjunto da trajetória social certamente dá-nos uma elucidação mais ampla, apesar de mais complexa.

Argumentamos que devido àquelas experiências do período de acampamento, tornou-se possível a constituição de estratégias produtivas que responderam num sentido de geração de alternativas em, pelo menos, momentos de crise de reprodução do grupo familiar. Este comportamento ganha destaque quando comparado com outros agricultores-assentados. De uma forma geral, os indivíduos que possuem uma origem social diferente destes que aqui estão sendo analisados tendem a responder também de forma diferente a esses momentos de crise. Já aqueles que possuem uma origem social semelhante, e que não passaram por cursos relacionados com a *agroecologia* no período de acampamento, tendem a racionalizar sua situação de precariedade material considerando como inatingíveis os projetos de vida elaborados anteriormente.

Assim, as diferentes situações objetivas e subjetivas vividas como limitações materiais e simbólicas pelos quatro agricultores-

assentados, a partir das circunstâncias do assentamento Ceres, acionaram estruturas predispostas internalizadas nos processos de socialização, referentes às experiências e conhecimentos adquiridos nos cursos da Fundep (pelo Sr. Ricardo e Sr. Antônio) ou em Caçador/SC (pelo Sr. Pedro e Sr. João) quando no período de acampamento. Dessa forma, as avaliações subjetivas de não atendimento de suas carências tendem a orientar padrões do que pode e deve ser desejado e alcançado, fornecendo o substrato reativo e interativo para a atualização de experiências e saberes incorporados como estruturas, que funcionam estruturando as práticas sociais no Assentamento.

Neste caso, sugere-se que esse conjunto de características adquirido ao longo dos processos de socialização conforma as diferenças com os demais agricultores-assentados do Assentamento Ceres, que em momentos de crise de reprodução social reagem de forma diferente, de modo geral: assalariando-se, permanecendo com o sistema produtivo baseado na soja ou soja-leite. Contudo, a análise comparativa das trajetórias de agricultores-assentados que constituem diferentes sistemas produtivos, identificados pela pesquisa no assentamento, ficará para outra oportunidade.

Vale a pena destacar que, por maior que seja a riqueza dos movimentos, possibilidades, desdobramentos e criatividade das trajetórias individuais a ambiência econômica regional e o poder imanente de diferenciais de poderes a favor dos granjeiros, cooperativas, instituições governamentais e dos movimentos sociais organizados, também portadores de diferentes posições nas estruturas de poderes regionais, definem um campo de reprodução e de poderes dos agricultores-assentados restrito e relativo. Nesse sentido, as trajetórias aqui analisadas respondem, interagem e reconhecem a dinâmica regional da soja, seja na sua expansão e/ou em seu declínio. Apesar de sua importância para o caso analisado, a agroecologia coloca-se mais co-

mo uma possibilidade de arranjos produtivos do que um modo de vida, apesar de sua identificação com valores e saberes dos agricultores familiares. Desconsiderar que a dinâmica da soja age como marcador social imanente das diversas trajetórias individuais seria desconsiderar a capacidade estruturante dos poderes sociais abrangentes, supervalorizando as autonomias individuais. Esse reconhecimento, a nosso ver, não desqualifica as lutas sociais e os *peitaços* individuais e coletivos de agricultores familiares e, sim, valoriza e reconhece os diferenciais de poderes associados à distribuição desigual da terra. Os diferenciais de cidadania, educação e justiça social vivenciados nas ambiências aqui analisadas são, em algum grau, a representação dos diferenciais de poderes da sociedade brasileira: diferenciais de poderes objetivados na distribuição da propriedade da terra.

Referências bibliográficas

- Anjos, Eliene Gomes dos. *Coprasul: entre o idealizado e o vivido uma análise da prática cooperativa no MST*. Salvador: UFBa, 2005 (dissertação de mestrado).
- Bailey, Fredrick George. The Peasant view of the bad life. In.: Shanin, T. (org). *Peasants and Peasant Societies*. Penguin Books, Harmondsworth, Middlesex. England, 1971.
- Bentevi, *Benchmarking na agricultura – IGEagro*. Informativo Soja. In: <http://200.161.200.233/Informativo%20soja.pdf>, 2005. Acessado em 10/9/2006.
- Bergamasco, Sonia Maria; Ferrante, Vera Lúcia. Assentamentos Rurais: caminhos e desafios de Pesquisa. In: Romeiro, Adhemar et al. (orgs.) *Reforma Agrária: produção, emprego e renda – O relatório da FAO em debate*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- Bourdieu, Pierre. *O poder simbólico*. 5ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- _____. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. 6ed. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- _____. *Stratégies de Reproduction et modes de domination*. In: *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*. Paris, n. 105, 1994.

- Brum, Argemiro Jacob. *Modernização da agricultura: trigo e soja*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- Caldart, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. 2ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- Carneiro, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. In: *Estudos Feministas*. CFH/UFSC, v. 9, n. 1/2001.
- Comerford, John Cunha. *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 1999.
- Cordeiro, Ângela; Schmitt, Cláudia Job; Amani, Domingos. *Organizações sociais rurais diante do ajuste: o caso do Brasil* (relatório preliminar do estudo encomendado pela FAO [América Latina] sobre o impacto do ajuste estrutural dos anos 90 sobre a dinâmica das organizações sociais do campo no Brasil), 2003.
- Ferrante, Vera Lúcia. Diretrizes Políticas dos Mediadores: reflexões de pesquisas. In: Medeiros, Leonilde. et al. (org.) *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: USP, 1994.
- Frantz, Telmo Rudi; Silva Neto, Benedito. A formação histórica dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul. In: Silva Neto, Benedito; Basso, David (org.). *Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas públicas*. Ijuí: Unijuí, 2005.
- Gaiger, Luiz Inácio. As condições socioculturais do engajamento no MST. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 13, out 1999.
- _____. A práxis coletiva dos Sem-terra: rumo à unidade ou à heterogeneidade cultural? In: *Cadernos de Sociologia: produção familiar, processos e conflitos agrários*. Porto Alegre: UFRGS, v. 6, 1994a.
- _____. Cultura e religião no espaço agrário do RS: uma visão parcial. In: *Estudos Leopoldenses*. v. 30, n. 136, mar./abr., 1994b.
- Garcia Jr., Afrânio. Geração de rendas, sua distribuição e trajetórias diferenciais em assentamentos de reforma agrária no Brasil (1985-1989): comentários sobre o estudo da FAO. In: Romeiro, A. et alii (orgs.) *Reforma Agrária: produção, emprego e renda – o relatório da FAO em debate*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- _____. *Terra de Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

- Gerhardt, Marcos. Os Caboclos e a Relação com a Natureza no Norte do Rio Grande do Sul. In: *Ciência&Ambiente*. n.º.33, Santa Maria: UFSM, jul/dez 2006.
- Gubert, José Eduardo; Basso, Nilvo. *Fortalecimento de agricultores familiares no Noroeste do estado do Rio Grande do Sul*. ADSA: análise diagnóstico de sistemas agrários: Jóia e Eugênio de Castro. Ijuí: Fidenne/DEAg/Unijuí, 2005.
- Guiddens, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000.
- Incrá. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Arquivo de Registros do Processo de Aquisição de Imóvel Rural* (Granja Ceres). 1996.
- Leite, Sérgio et al (Coord.). *Impacto dos assentamentos rurais: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: IICA, Nead; São Paulo: Ed. Unesp, 2004.
- Leite, Sergio. O estudo dos assentamentos rurais e os parâmetros da ciência econômica. In: Romeiro, A. et alii (orgs.) *Reforma Agrária: produção, emprego e renda – o relatório da FAO em debate*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- Medeiros, Leonilde Servolo de; Leite, Sérgio. Marchas e contramarchas na política agrária no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). In: Inesc (org). *A Era FHC e o Governo Lula: transição?* Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2004.
- _____. (orgs.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil. Processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: UFRGS/CPDA/UFRRJ, 1999.
- Moreira, Roberto José. *Identidades costeiras complexas no pensamento científico*. Coletânea PQI UFV/CPDA, 2006 (no prelo).
- _____. Cultura, sustentabilidade e poderes assimétricos: uma narrativa sobre a renda da natureza na contemporaneidade. In: *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, v. 12, n. 2, out 2004.
- _____. *Agricamiliari: processos sociais e competitividade*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

- _____. Agricamiliар e Sustende: valorização e desvalorização econômica e cultural das Técnicas. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 8, 1997.
- _____. Mercado de trabalho rural e parceria: constituição originária e ideologia de subsistência. In: *Revista Políticas Agrícolas*, ano II, v. II, n. 2, 1996.
- Moura, Margarida Maria. *Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- Neves, Delma Pessanha. Assentamento rural: confluência de formas de inserção social. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n. 13, out 1999.
- Paulilo, Maria Ignez. Assentamentos de reforma agrária como objeto de estudo. In: Romeiro, Adhemar et alii (orgs.) *Reforma agrária: produção, emprego e renda – o relatório da FAO em debate*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- Roche, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- Rückert, Aldomar. *Metamorfoses do território: a agricultura trigo e soja no planalto médio rio-grandense, 1930/1990*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- _____. *As transformações da agropecuária e a produção do espaço de um município rural no Centro do Planalto Rio-Grandense: o caso de Jóia – RS*. Rio Claro: Unesp, 1985 (Relatório de Especialização em Desenvolvimento Rural).
- Scariot, Adriano. *Identidade, coesão e desagregação social na trajetória da cooperativa de produção agropecuária cascata-Cooptar*. Santa Maria: UFSM (Dissertação de Mestrado), 2002.
- Seyferth, Giralda. *Herança e estrutura familiar camponesa*. Rio de Janeiro: UFRJ/MN, n. 52, mai, 1985.
- Silva Neto, Benedito; Basso, David (orgs.). *Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas*. Ijuí: Unijuí, 2005a.
- _____. A produção de leite como estratégia de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul. In: *Desenvolvimento em Questão*. Ijuí: Unijuí, ano 3, n. 5, jan./jun 2005b.
- Silva, Marcio Antônio Both da. *Por uma lógica camponesa. Caboclos e imigrantes na formação do agro do planalto rio-grandense-1850/1900*. Porto Alegre: UFRGS, 2003 (dissertação de mestrado).

Woortmann, Ellen; Woortmann, Klaas. *Fuga a três vozes*. Anuário Antropológico. Rio de Janeiro, n. 91, 1993.

Woortmann, Klaas. *“Com parente não se negueia”: o campesinato como ordem moral*. Anuário Antropológico. Brasília: UnB, n. 87, 1990.

Zarth, Ricardo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho 1850–1920*. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.

Zimmermann, Neusa de Castro. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: Medeiros, L. S. et al. (org.) *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: USP, 1994.

Fonte

FEE. Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul.

9. Sites de Internet: www.caritasbrasileira.org.com

Entrevistas citadas

Agricultores-assentados: Sr. Pedro, Sr. Ricardo, Sr. João, Sr. Antônio.

PICCIN, Marcos Botton e MOREIRA, Roberto José. A agroecologia nas trajetórias sociais de agricultores-assentados na Granja menina dos olhos dos sem-terra: o caso do Assentamento Ceres, RS. *Estudos Sociedade e Agricultura*, outubro 2006, vol. 14 no. 2, p. 254-311. ISSN 1413-0580.

Resumo. Este trabalho procura elucidar a incorporação da agroecologia nas estratégias produtivas de agricultores-assentados do Assentamento Ceres/RS a partir da análise de suas trajetórias sociais. As reações às experiências do período de luta pela terra proporcionaram determinados comportamentos que estimularam a participação em cursos de agroecologia durante essa fase de suas vidas. No estabelecimento das estratégias produti-

vas em Assentamento emergiram situações de tensão com a monocultura da soja, que caracterizava os cultivos na região onde essa área reformada está localizada. Sugere-se que a agroecologia está associada mais como uma possibilidade de arranjos produtivos do que com um modo de vida.

Palavras-chave: assentamentos rurais, assentamento Ceres, trajetórias sociais, agroecologia, estratégias produtivas

Abstract. (*Agroecology in the social trajectories of settlement farmers: the case of the Ceres settlement, Rio Grande do Sul*). This work aims to explain the incorporation of agro-ecological techniques into the settlement farmer's productive strategies in Ceres Settlement/RS through the analysis of their social backgrounds. The responses to their participation in the struggle for land changed their behavior and stimulated them to attend agroecology courses during this new phase in their lives. However, there were tensions between settlement farmers on the issue of soy monoculture, which characterized the area in which the settlement was established. The article suggests that agro-ecology is more associated to the possibilities of local productive arrangements than to a specific lifestyle.

Keywords: rural settlements, Ceres settlement, social backgrounds, agro-ecology, productive strategies.